

EM TEMPO!

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 151 • De 3 a 16 de Junho de 1982 • Cr\$ 70,00

Malvinas

- A agressão militar do imperialismo alarga as suas feridas. Já são 1600 mortos para satisfazer o orgulho colonialista inglês.

- A ditadura argentina fecha os caminhos da resistência e busca acordo com Reagan.

- Cresce o sentimento anti-imperialista no Continente. Em Lima, cem mil vão às ruas contra a agressão.

- Os gestos hipócritas e retóricos do governo brasileiro mostram na essência a sua submissão aos EUA.

A mão de ferro do imperialismo

Págs. 8 e 9

Lula



Enquanto a convenção do PT arma o partido com um programa para o governo do Estado, cresce a força da candidatura Lula. Enquanto isso, o PMDB afunda na conciliação com a ditadura.

Págs. 2 e 5

Conclat



Depois da greve, São Bernardo vai à base para discutir a CUT. E a Unidade Sindical capitaneada por Arnaldo Gonçalves adia o ENCLAT São Paulo para ver a CONCLAT também adiada.

Págs. 11, 12 e 13

Sandra



Em Minas, a convenção do PT lança Sandra Starling para o governo. O corrupto Eliseu e o adesista Tancredo que se cuidem! De lá, a emoção e a garra do PT mineiro que acendeu a todos para a campanha.

Pág. 4

Jair & Eliseu
"Espelho, espelho meu: Há alguém mais corrupto do que eu?"

pág. 3



UNE

Enquanto crescem as ameaças da ditadura para expulsar Javier — o atual presidente da UNE — em Salvador, 52 entidades gerais dos estudantes decidem ir à luta para sustar a manobra. A expulsão de Javier visa enfraquecer a UNE e facilitar a implantação do ensino pago. *pág. 16*

PMDB abre fogo contra o PT

A versão preliminar da "PROPOSTA DE GOVERNO" de Franco Montoro começou a circular de forma reservada em São Paulo. O que não impediu que fosse saudada em sucessivos artigos da grande imprensa, que não pouparam comentários elogiosos e reproduziram pequenos trechos de seu conteúdo.

Um desses artigos teve como autora a prestigiosa Maria da Conceição Tavares. Após uma sólida barragem de elogios, ela concluiu que "a frente que apoia Montoro é pluriclasista. Representa em termos de setores sociais o que há de mais importante no país: uma massa popular concentrada e um conjunto de quadros impressionante. Vai desde os empresários modernos aos sindicatos, dos meios de comunicação à universidade, sem sectarismos, sem falsos ideologismos nem retornos anacrônicos".

Decerto, é uma frente um tanto quanto particular, pois esta massa popular a que se refere Conceição Tavares não foi sequer consultada sobre o conteúdo deste esboço de programa, como reconhece aliás a própria introdução do documento ao afirmar que ele resulta das "sugestões recebidas de parlamentares, prefeitos, técnicos, funcionários públicos bem como de muitas pessoas motivadas pelo desejo de mudar as práticas e os objetivos da administração pública".

E é esta a marca do programa que se esboça do senador Montoro: a ausência, a tergi versão sobre o conjunto de reivindicações que fazem parte da história e do cotidiano dos vários segmentos do movimento popular. A esta massa popular, estaria reservado de acordo com Montoro na introdução da versão preliminar um outro texto, "para a divulgação popular dos pontos básicos do nosso programa" (grifo nosso).

Lacunas comprometedoras

É assim que na "democracia que ajudaremos o Brasil a construir" o senador se refere vagamente à "liberdade sindical, com todos os direitos inerentes a essa prerrogativa" sem incorporar a reivindicação de direito de greve, reivindicação básica de todos os encontros do

O recrudescimento do sectarismo do PMDB em relação ao PT repousa na sua impossibilidade de confrontar de forma pública o seu programa com o do Partido dos Trabalhadores porque aí ficaria exposto a todos o conteúdo anti-popular, burguês, de suas propostas. Esta é uma convicção que surge necessariamente da análise do conteúdo e das motivações do documento "Proposta de governo Franco Montoro", versão preliminar que circula reservadamente em São Paulo.

movimento sindical, e que dá substância aos direitos dos operários no movimento sindical.

Não há no documento, nem no sub-ítem "Agricultura e abastecimento", nenhuma referência à reivindicação de reforma agrária, exigência básica e consagrada do movimento popular no campo, aventada timidamente pelo senador em um recente comício promovido pela FETASP no interior do estado.

Nenhum compromisso mais claro sobre os vencimentos do funcionalismo, com a adoção do salário-mínimo definido pelo DIEESE como piso e nem mesmo o reajuste semestral, reivindicado recentemente na greve do funcionalismo paulista, consta do esboço de programa. Simplesmente se diz que o governo Montoro "fará todo o esforço para recompor os salários aviltados pela política atual do governo".

No ítem transportes, a ênfase é feita no desperdício dos gastos do governo atual, na falta de planejamento integrado e não se aventa nenhuma política de estatização do serviço de transportes coletivos, única maneira de evitar todo o tipo de consequências inevitáveis e compostas da retenção de um serviço público nas mãos da iniciativa privada. No ítem habitação, chama a atenção o fato de que a reivindicação histórica do movimento dos favelados paulistas, a legalização da posse e dos loteamentos clandestinos esteja

ausente. Nada sobre o desmantelamento do aparato repressivo, nem mesmo ROTA. E muito haveria ainda a dizer, na mesma linha.

Intenções mais comprometedoras ainda

É, no entanto, nos recados passados com serenidade e realismo (como provavelmente diria Conceição Tavares) que Montoro se revela. Para a ditadura, um aviso: "governarei sem revanchismo, como quem deseja mudar, sem provocar a desordem, respeitando os legítimos direitos constituídos, mas fazendo eco às aspirações populares" (grifos nossos). Eis aí, como o povo entra nesta frente, com o seu eco....

Antes, algo já havia chamado atenção do leitor atento. No diagnóstico da situação do povo de São Paulo, descrita com abundância de cores e informações estatísticas, nem um momento se diz explicitamente que a pobreza da maioria é a condição do enorme florescimento da riqueza de uns poucos, os grandes empresários do setor industrial e financeiro.

E tome recados para que o empresariado paulista não receie grandes alterações nas prioridades do dispêndio público e do uso dos financiamentos do BANESPA e da poderosa Caixa Econômica de São Paulo: "...o conjunto das despesas públicas e das operações financeiras do Estado obedecerá a um critério de compatibilidade entre o gasto social e o

investimento produtivo... tal diretriz nada tem a ver com concepções populistas, meramente demagógicas e, muitas vezes, de consequências inflacionárias... As novas prioridades para os gastos públicos serão atendidas pela mudança na estrutura das despesas e do crédito públicos, a elevação da eficiência de sua utilização e a mobilização adicional da capacidade produtiva."

Mas, ao final, tudo se explica. E pode ser compreendido em um pequeno trecho de um artigo publicado na revista Senhor de 19 de maio passado. Lá se afirma que "a sondagem que a Gallup vem publicando periodicamente indica que o candidato do PMDB não tem conseguido capturar o espólio de votos do dr. Olavo Setúbal e do defunto Partido Popular-interessantes 11% do eleitorado segundo a pesquisa anterior. Na ocasião, Montoro, sozinho, tinha 26% da votação. Veio a incorporação e hoje está com 27%".

Enfim, os articuladores da campanha de Montoro, pressionados pelo crescimento a esquerda da candidatura do PT, se voltam para as faixas mais conservadoras do eleitorado. Além de um programa suficientemente moderado para acalmar as desconfianças do empresariado, a assessoria de Montoro estaria empenhada em reativar contactos com a diretoria da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, hoje empenhada na campanha do PDS, e em trazer o empresário Roberto Gusmão, do ex-PP e do Grupo Antártica Paulista para a candidatura de vice-governador.

O consolo do sectarismo

Sem contar com a possibilidade de confrontar claramente o seu programa de governo com o do PT — pois aí se demonstraria claramente o seu conteúdo anti-popular — resta aos assessores do senador Montoro voltar a fogo das suas baterias para o PT em um debate sectário e estéril sobre a frente única das oposições e tudo o mais.

Mas, decerto, o máximo do sectarismo e da estupidez ficou a cargo do secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, que em um debate público chegou a afirmar que "o PT hoje é o maior aliado da ditadura".

EM TEMPO:

A Editôra Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • CEP 05414 • Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição e Fôto: Editora Letra Ltda. Rua Artur de Azevedo, 1977 tel. 212-5061 Imp: Impressão Cia Editora Jorues, rua Gastão da Cunha 49 tel. 531 8900 - SP

PERSPECTIVA Internacional



Saiu
o
nº 2

1. Editorial/ Argentina Tropas britânicas, fora das Malvinas
2. Carlos Henrique Arabe O curso da revolução salvadorenha e a solidariedade internacional
3. Daniel Bensaïd Ensinaamentos da Revolução Sandinista
4. Zbigniew Kowalewski Todo poder aos trabalhadores poloneses!
5. Ernest Mandel e John Ross A necessidade de uma Organização Internacional Revolucionária

Assinatura anual Cr\$ 1.200,00. Cheque à Editora Aparte. Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - CEP 05414 - São Paulo



Eliseu e Jair "Espelho, espelho meu, há alguém mais corrupto do que eu?"

Um dossiê das principais denúncias de corrupção tornadas públicas que envolvem os candidatos da ditadura em Minas e no Rio Grande do Sul.



O candidato pedessista ao governo é senhor de um largo e sólido currículo em corrupção, várias das quais já comprovadas em cartório. É certamente um verdadeiro prodígio na arte de autorizar irregularidades e contravenções.

Eliseu Resende, candidato pedessista ao governo mineiro, é largamente conhecido como "Eliseu 10%" por conta das comissões que cobrava para a aprovação de obras viárias junto às construtoras em concorrências quando era diretor-geral do DNER. Eliseu faz jus ao apelido e é um dos poucos tecnocratas da ditadura que tem culpa comprovada e atestada em cartório.

A 10 de julho de 1975, Eliseu junto com outros diretores do DNER, foi condenado a pagar uma multa simbólica de Cr\$ 5.120,00 devido a irregularidades cometidas que teriam chegado a vários bilhões de cruzeiros.

Na época, o procurador-geral Sebastião Affonso encontrou dezenove tipos de irregularidades nas contas do DNER, entre elas: contratos celebrados ilegalmente, sem disponibilidade financeira; programação falha quer na realização da receita, quer na execução das despesas; recursos provenientes de financiamentos externos que não foram depositados nas contas bancárias competentes; despesas diversas e vultosas realizadas por antecipação; indenizações feitas "sem ficar suficientemente especificado e justificado quanto aos fundamentos jurídicos".

As irregularidades eram tantas que Eliseu e Andreazza, ministro dos Transportes à época, defenderam-se apelando ao Tribunal para que julgasse as obras e não as contas.

Os escândalos eram vários e de vulto. Principalmente, porque o DNER a partir da gestão Eliseu adotou a vexamosa orientação de deixar de lado a necessidade da realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para a construção de qualquer trecho rodoviário. A rodovia mineira entre Realeza e Monlevade, por exemplo, de dois trechos calculados em 3,4 milhões de cruzeiros para um prazo de dois anos terminou por custar 132 milhões e

ficou pronta em oito anos. O procurador não aceitou o argumento esfarrapado de Eliseu de que a região era montanhosa, o que tinha acrescentado custos à obra, perguntando ironicamente o futuro ministro se ele não sabia que Minas era um estado especialmente conhecido por suas montanhas.

Dois anos mais tarde, o ministro voltava às manchetes dos jornais. É que o TCV optara por arquivar a apreciação das contas do restante de sua gestão no DNER limitando-se a dar ciência ao ministério dos Transportes das irregularidades cometidas, tais como um contrato irregular de publicidade no valor de 47 milhões com a empresa Mauro Salles Publicidade e aumentos de custos de obras de até 600%.

Em 1979, já reabilitado e ocupando o cargo de ministro dos Transportes do governo Figueiredo, Eliseu aparece em casos que comprometem a sua já enlameada probidade administrativa. O presidente da Rede Ferroviária Federal, Elmo Serejo, renunciava ao cargo acusando o ministro "de manusear o orçamento da rede para fins políticos e ambições pessoais."

Em maio deste ano, uma outra denúncia viria a público. Eliseu é acusado de favorecer **Consultores Associados Brasileiros, CAB**, da qual era sócio até ser nomeado para o ministério dos Transportes. A empresa, ganhou todas as concorrências de obras delegadas pelo DNER e pelo DER em Minas na gestão do ministro Eliseu e, coincidentemente, o novo diretor do DNER era até agora também superintendente da mesma empresa. E mais recentemente, através de uma transação entre a CAB e a firma Engevix, esta ganhou sem concorrência o contrato da execução e supervisão do metrô de superfície de Belo Horizonte, estimada em 3 bilhões de cruzeiros.

O episódio do cancelamento dos 2.600 credenciamentos autorizados por Jair Soares às vésperas de sua saída do ministério, é apenas o ato final de uma das gestões mais corruptas que se têm notícia.

Comenta-se nos meios empresariais gaúchos o aparente contra-senso dos organizadores da campanha de Jair Soares que não foram ainda buscar o dinheiro requerido e já prometido para a sustentação de sua campanha. É que por enquanto, o ex-ministro está se valendo do dinheiro dos trabalhadores, mais precisamente da contribuição dos assalariados à Previdência Social. Um fato relevante de se lembrar já que exatamente nesta quinta, dia 3, o pacote da previdência que diminui os proventos dos aposentados e aumenta o valor da contribuição está sendo votado em Brasília.

"Nunca misturei nada de política com a Previdência Social", chegou a afirmar Jair Soares em março deste ano. Além de corrupto, Jair é mau mentiroso pois sobram provas de que o que ocorre é exatamente o contrário. Senão, vejamos:

Antes das disputadas prévias que indicaram Jair como candidato do PDS ao governo, o então ministro gastou 50 milhões e 350 mil cruzeiros somente em auxílios e financiamentos autorizados a deputados estaduais do PDS e cerca de 100 milhões gastos irregularmente em 164 credenciamentos de médicos, dentistas e hospitais. Apenas o deputado pedessista Adilson Mota obteve o credenciamento para 32 médicos de laboratórios e de análises clínicas.

Recentemente, o ministro deixou de recorrer aos serviços oficiais da EBN para recorrer a uma agência de publicidade, a MPM, com dinheiro da Previdência. Aliás, nos dias que antecederam as prévias, constatou-se nos três principais jornais de Porto Alegre uma inserção de publicidade no valor de 12 milhões de cruzeiros. Além disso, houve grandes despesas em camisetas, painéis e viagens pelo estado utilizando o jatinho e o dinheiro do Ministério da Previdência.

Há documentação provando que até mesmo foi usado no decorrer das prévias todo o sistema policial do Estado para ajudar a campanha do ministro com a supervisão direta do chefe da Polícia Civil Gaúcha e presidente

do Conselho Superior de Polícia, o delegado Luiz Carlos Carvalho da Rocha.

INAMPS: Máquina de corrupção

Quando ascendeu ao cargo de ministro, Jair Soares encontrou um superavit de 11,5 bilhões de cruzeiros (corrigido ao valor da ORTN de maio deste ano). Deixa a Previdência, com um déficit avaliado em 200 bilhões de cruzeiros.

Jair nega, dá outros números. Tudo artifício contábil. Ao final de 81, por exemplo, Jair tentou fechar contabilmente o ano com um déficit proporcionalmente menor em relação a 80, deixando de liberar o pagamento do INAMPS à rede hospitalar de todo o Nordeste. Pego em flagrante, o ministro não deixou por menos: argumentou que os computadores da empresa de processamento de dados do MTPS tinham entrado em pane...

"Não fugirei à regra, vencerei as eleições porque tenho um passado de obras voltado para o meu Estado", afirma impudicamente Jair quando o acusam de ter desviado mais da metade dos recursos da Previdência para o setor de saúde para o Rio Grande do Sul.

A corrupção começa em casa. Um relatório reservado sobre a corrupção do INPS, oficial, foi arquivado porque concluiu que eram os hospitais gaúchos os que mais fraudaram e superfaturaram nos últimos anos. Jair é ainda acusado de ter extinto o Conselho Fiscal do Instituto Nacional de Previdência Social e de ter tornado inacessíveis para os jornalistas as principais informações sobre o órgão.

Foi o próprio ministro que em fevereiro do ano passado afirmou no Rio que em 60% dos benefícios de um total de 8,5 milhões de cruzeiros pagos por mês, já haviam sido constatadas fraudes superiores a um bilhão. E concluiu: "a Previdência Social está cercada de fraudes de todos os lados". Mas há situação mais favorável do que a vivida pelo ministério para as fraudes e favores **institucionalizados** que tem a poderosa Federação Brasileira de Hospitais, associação que representa três mil hospitais particulares credenciados pelo INPS, como principal lobby?

EDITORIAL

Adiplomacia brasileira, desde o governo Geisel, vem sendo elogiada por diversos analistas como "independente", pragmática, responsável. Inclusive durante a presente guerra das Malvinas elogios como estes têm sido feitos, inclusive por correntes que se reivindicam do movimento operário, como o PCB.

Cada vez mais, isto tem sido revelado como falso. Se formos resumir o comportamento da diplomacia brasileira nesta guerra,

teremos de chamá-la de **hipócrita**; apóia em palavras a Argentina (reconhece a sua soberania) e de fato se subordina aos interesses imperialistas.

Isto ficou evidenciado na visita de Figueiredo aos EUA: que outro sentido teve, senão o de aproximação diplomática com Washington, de evitar o seu isolamento na América Latina, num momento em que seu governo já apoiava abertamente a agressão inglesa ao continente?

Ficou também claro na proposta de paz brasileira, puramente mágica, quando os ingleses já desembarcavam nas ilhas.

Mas esta hipocrisia e este apoio de fato ao imperialismo (em particular o americano) se revelou de forma cabal na última reunião da OEA, quando foi aprovada uma resolução que "condena da forma mais enérgica o injustificado ataque do Reino Unido", mas que usa o termo "ataque", no lugar do

óbvio **agressão**, para impedir a aplicação do TIAR (que prevê a solidariedade militar do continente em face de uma agressão externa).

Diante do total desrespeito pelos EUA de todas as normas da OEA e do TIAR, o mínimo que se pode exigir de um governo do continente é que condene energicamente os EUA, denuncie o TIAR como uma farsa, rompa todas as relações militares com os EUA, adote sanções efetivas contra este país (e contra

o bloco europeu). Além disso, um governo do continente deveria prestar total solidariedade (política, militar) à nação argentina na luta contra o imperialismo anglo-ianque.

O governo brasileiro não fez nada disso.

Outra coisa não poderíamos esperar: afinal, o que temos é uma ditadura militar, apoiada tanto no grande capital brasileiro quanto no imperialismo, ao qual aquele está há muito tempo associado e subordinado.

A pré-convenção mineira O PT sai unido para a luta eleitoral

Consagrando Sandra Starling e Joaquim de Oliveira para os cargos majoritários, indicando 32 companheiros para deputado federal e 52 para estadual, o PT dá os últimos passos para deslançar a campanha. Ao final, a festa e a passeata pelo centro de Belo Horizonte.

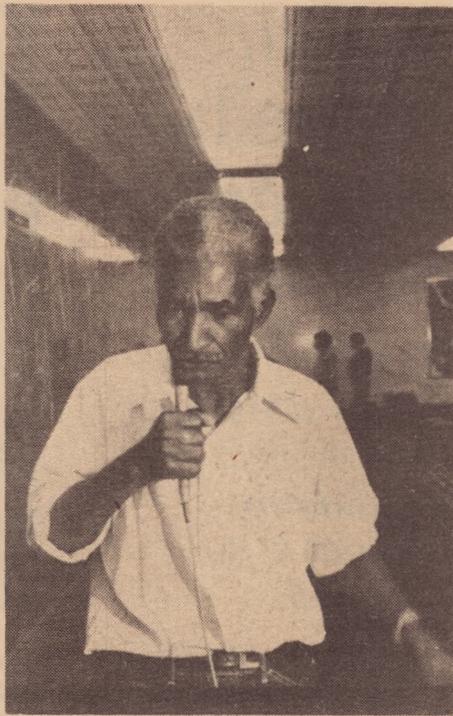
Da sucursal

— "Agora a coisa anda! Para governadora Sandra!"

— Sandra e Seu Joaquim! O povo quer assim!"

É a passeata de mais de dois mil entusiasmados militantes do PT, ao fim da pré-convenção estadual que escolheu os candidatos petistas aos cargos majoritários: para governadora, Sandra Starling, advogada e líder da greve dos professores universitários mineiros; para vice-governador, Milton de Freitas, marceneiro e destacado militante da legendaria greve dos pedões da construção civil; para o Senado, Joaquim de Oliveira, velho e combativo líder metalúrgico; e como suplente, Jorge Nahas, médico, ex-torturado, exilado e banido.

A passeata sai da Assembléia Legislativa e percorre quase dois quilômetros até a Praça Sete onde as principais lideranças do partido ocupam o famoso "Pirulito" que demarca o centro da cidade. Aqui se vê a força do PT. No percurso, papéis picados do alto dos prédios. Na praça, o mais absoluto silêncio para que todos possam ouvir os primeiros discursos públicos dos nossos candidatos. Sandra toma



Seu Joaquim.

a palavra para dizer que o PT é a única resposta possível do povo trabalhador à opressão e politicagem patronal, à falsa oposição e é também o caminho mais seguro da construção do socialismo no Brasil. Como não se tem megafone, cada frase dita é repetida pelos ouvintes mais próximos em ondas, para os que estão atrás.

Carros da polícia observam à distância, sem coragem de intervir. Jamais uma pré-convenção do partido terminou com tanta euforia dos participantes.

Foram mais de quinze horas de discussões em plenário e em grupos num clima de mais completa unidade no sentido da construção de um partido de lutas, capaz de enfrentar as eleições da forma vitoriosa.

Isto ficou claro desde a primeira discussão do sábado. As tradicionalmente infundáveis discussões sobre o regimento interno do encontro, não tomaram nesse mais do que 15 minutos. Um regimento democrático e consensual cuja única emenda foi aprovada por unanimidade. Em seguida, as discussões sobre o Comitê Eleitoral Unificado concretizaram em documento aprovado pelo plenário as linhas básicas da pré-convenção Nacional. (ver ET nº 150). Ele traça as funções do comitê e sua forma de direção.

Outro documento básico aprovado foi sobre o Fundo Financeiro Comum. Ele estabelece as metas básicas de sua formação, com



Sandra, candidata ao governo.

participação coletiva proporcional às capacidades de cada um, de tal forma a assegurar o apoio às candidaturas majoritárias e dos candidatos operários e camponeses de baixa renda, reduzindo o papel do fator econômico no encaminhamento das campanhas eleitorais no interior do partido.

Pode-se dizer que o final do primeiro dia, a consolidação do partido em Minas já era uma realidade.

Um partido unido

O dia seguinte, domingo, foi dedicado às discussões do conteúdo geral da campanha, da tática eleitoral do partido e da escolha da chapa dos candidatos majoritários. Os 198 delegados e as centenas de militantes observadores se distribuíram em grupos de discussão para aprofundar as discussões das diversas alternativas da forma mais ampla e democrática, fazendo com que qualquer tentativa de conchavos se desmoronasse.

Desde o adiamento dessa discussão na última pré-convenção, se iniciara um intenso processo de discussão nos núcleos e diretórios municipais. Os candidatos a candidatos previamente indicados visitaram todas as bases do partido. Seus currículos foram distribuídos e as pré-convenções municipais se posicionaram. Os critérios de composição das chapas basearam-se não nas simpatias pessoais mas

nos posicionamentos políticos sobre o conteúdo e a torma da campanha eleitoral e a concepção de partido dos candidatos. O consenso foi se formando naturalmente e as diferenças de visões não se converteram em divisões profundas.

A reunião plenária realizada à tarde foi a consagração desse processo e o início da maior festa do partido desde a sua fundação. Não o consenso imposto, mas o consenso politizado contendo diferentes visões. A companheira Sandra foi consagrada por 117 delegados e imediatamente o plenário se transformou numa só voz: Agora a coisa anda! Para governadora Sandra!

O companheiro Elcio Reis, o segundo mais votado, adere à campanha da companheira e se coloca inteiramente à disposição do partido para qualquer outra tarefa. No final, aceita sua indicação para fortalecer o quadro de deputados estaduais e concorrendo por sua região, demonstrando assim não ter qualquer ambição pessoal.

O lançamento dos candidatos a deputados federais e estaduais aumentou o clima de festa: trinta e dois companheiros para federal e cinquenta e dois para estadual entre trabalhadores do campo e da cidade, todos com profunda representatividade de base. Entre os mais aplaudidos estiveram D. Berta, faxineira e Ignácio Hernandez, presidente do partido.

organizados, pode levar certos setores do partido a uma capitulação em termos petistas. Depois das eleições então nem se fala. O risco é muito maior: a esfera de problemas discutida no parlamento pode se distanciar muito da esfera dos problemas realmente vividos pela população oprimida.

E aqui, eu gostaria de colocar uma questão para ser meditada calmamente pelo partido. Essas advertências não podem ser tomadas como desestimulantes para o partido. Elas vêm antes no sentido de reforçar a necessidade da unidade do partido em torno de seus princípios e características originais, que o habilitem suficientemente para enfrentar a prova de Novembro.

— Como, afinal, você resumiria os objetivos do PT para a campanha eleitoral?

Sandra - O principal objetivo é precisamente esse: de mostrar que a democracia que os trabalhadores exigem não pode ser alcançada através apenas da política institucional. Os trabalhadores têm de se organizar durante a campanha e permanecer organizados depois dela. Cada núcleo de base existente hoje, assume a campanha e o trabalho eleitoral. Cada comitê eleitoral formado se transforma em núcleo do partido.

Como você está se sentindo como a primeira mulher que concorre ao governo do Estado mais conservadora da federação?

Sandra - Antes de mais nada é preciso deixar claro que não mudaram os político mineiros. Mudaram as Minas Gerais. Teria mesmo que surgir uma proposta nova como a do PT para que uma mulher se candidatasse ao governo. Não sei se vocês sabem, mas no PT de Minas 60% dos filiados são mulheres. E ainda assim, curiosamente o PT está atrasado em relação à organização das mulheres e ao fato de ter uma mulher candidata ao governo. Aliás, em termos de composição do nosso quadro de candidatos estamos bem servidos: mulheres, negros e um candidato homossexual para deputado federal.

— Como você colocaria a questão de quem é o principal inimigo a ser derrotado nessas eleições que está gerando tanta polêmica até nos órgãos da imprensa burguesa?

Sandra - É verdade que eleitoralmente, o inimigo principal é o PDS. Mas eu não consigo concordar com a forma pela qual setores importantes do PMDB vêm tratando essa questão. Tais setores oposicionistas já não falam mais que o inimigo principal é a ditadura e que, portanto, trata-se nas eleições de criar as condições para a derrubada da

Após a passeata, EM TEMPO entrevistou Sandra Starling, a candidata do PT ao governo mineiro.

ditadura. Isso é grave, porque o PDS assim como a antiga ARENA não é mais do que um apêndice subalterno, secundário da ditadura.

Todo mundo sabe que a ditadura joga com o PDS e joga também com setores da oposição como alternativa de sustentação. Um exemplo disso é a incorporação. Foi uma jogada muito inteligente do governo. O Partido Popular era um partido falido com bases apenas em Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. É provável até que não conseguisse os 3% em 9 estados. De qualquer maneira, a incorporação significou a preponderância expressiva dos setores conservadores e moderados no PMDB. Tome-se como exemplo o PMDB mais radical que é o de Pernambuco. Parece um trigre domesticado, um felino de seda. Assim, a insistência de certos setores da oposição em colocar que o inimigo principal é o PDS e não a ditadura parece ser um rebaixamento da posição política desses setores que tem de ser cobrado.

— E em relação ao PT, como você se situaria perante as diferen-

ciações que existem hoje em seu interior?

Sandra - Em primeiro lugar, o PT representa o primeiro grande corte no quadro político do Brasil: é uma oposição de fato classista, isto é, não tem nenhuma visão de bloco de classes, de colaboração de classes. Não é uma frente, é um partido, partido mesmo. No entanto, internamente, existem diferenciações e, em relação a elas, eu vejo quatro grandes campos. O primeiro, é o da relação do partido com o movimento social: a discussão sobre a necessidade de que o partido tenha uma linha sindical. Nesse campo, as diferenciações vêm até diminuindo sendo que os setores mais moderados, que não enxergam essa necessidade vêm perdendo força. O segundo, é o do entendimento do significado de um partido de massas que não exclui ser também um partido de militância, que tenha o máximo de quadros organizados em núcleos, que faça formação política, que prepare militantes para a luta. O terceiro campo, seria o da democracia interna do partido: como que as diferentes tendências partidárias

podem se exprimir e exercer seu direito de maioria e minoria. O quarto campo seria então o das propostas políticas do partido: o que ele expressa para fora. Em primeiro lugar essa expressão deve ser o da luta contra a ditadura, ontem, hoje e até que ela seja derrubada. Em segundo nível, porém não menos importante, a tradição de propostas a nível social e econômico de intermediação entre as reivindicações imediatas e o socialismo, para que as amplas massas não tenham a nova sociedade apenas no horizonte, mas como uma possibilidade concreta.

— Que importância tais diferenciações podem assumir no processo eleitoral?

Sandra - Uma importância grande, por causa do próprio peso das eleições: em momentos eleitorais, vive-se temporariamente um clima de liberdade de expressão e organização que causa muitas ilusões democráticas. Nesse momento, a atração que a política institucional exerce sobre a sociedade em geral e em particular sobre seus segmentos

Pré-convenção do PT decide As idéias do PT para o governo de São Paulo

Mesmo contando com uma atuação completamente desarticulada da executiva estadual, o encontro armou o partido programaticamente para deslançar a campanha. Restaram algumas insuficiências, como o fato de nada haver sido discutido sobre a unificação da campanha.

Por João Machado

Nos dias 29 e 30 de maio, o PT de São Paulo realizou o seu Encontro Estadual, para aprovar a plataforma do partido nas eleições, e para definir a chapa de candidatos a deputado estadual e deputado federal.

Foi um encontro fundamentalmente diferente do anterior, quando foi aprovada a proposta da plataforma nacional. Naquele Encontro, os delegados encontraram uma proposta fechada da Executiva Estadual, com um regimento também fechado, que pouca oportunidade dava para que a plataforma proposta pela Executiva sofresse modificações no Encontro (EM TEMPO n.º 143).

Desta vez, a Executiva estadual teve sensibilidade para, já no início do Encontro, aceitar uma modificação no regimento interno proposto. A partir daí, passou a haver uma ampla oportunidade para os delegados influírem sobre a proposta da Executiva: a plataforma seria discutida nos grupos e as questões mais polêmicas debatidas em plenário. Além disso, a Executiva apresentou sua proposta como um texto-base para discussão dos delegados, aberto a modificações.

A proposta inicial não era boa: sofreu críticas em vários sentidos. As mais importantes foram à Introdução, que constituía uma parte política geral, cuja redação diluía completamente o objetivo de um governo estadual do PT de fortalecer a luta dos trabalhadores contra a ditadura (e estava distoando da Plataforma Nacional); à redação da proposta de "conselhos populares", muito detalhada, sugerindo uma integração destes conselhos na estrutura do Estado (e portanto a perda de sua independência) e reduzindo os conselhos a setoriais e locais, "coordenados pelo governador", quem desta maneira ficaria com o controle das grandes decisões; à parte da Segurança Pública, extremamente tímida, que não defendia claramente o dismantelamento de todo o aparelho de repressão política sob o controle do governo estadual e o empenho de um governo do PT em lutar contra os organismos federais de repressão política; à parte sobre o funcionalismo, também muito tímida, que não colocava o compromisso do governo do Estado em garantir uma remuneração mínima para o funcionalismo estadual, de acordo com o salário mínimo calculado pelo DIEESE.

As emendas aprovadas

Na discussão no decorrer do Encontro, um grande número de emendas foi proposto. Os itens sobre Segurança, Funcionalismo, Propriedade da Terra foram corrigidos com acordo geral, inclusive da maioria da Executiva Estadual. Destes itens, apenas o relativo à Segurança teve alguma oposição em plenário, por parte de um companheiro (Eder Sader) que considerou não ser oportuno que o PT explicitasse sua luta pelo dismantelamento dos órgãos de repressão política, que colocasse este compromisso no papel. Este companheiro, obviamente, teve o apoio de muito poucos delegados.

Já na introdução e na questão dos conselhos populares, formaram-se basicamente duas linhas de oposição ao texto inicial: uma que enfatizava a necessidade de o PT, coerente com a sua plataforma



Lula dispara

A discussão da plataforma estadual do PT paulista não foi, não é e não será um mero exercício de debate político, uma tática de campanha, ou um simples plano de ataque opositor ao futuro governo. O crescimento vertiginoso e inquestionável da candidatura Lula ao governo paulista vem dando à nossa plataforma cada vez mais um sentido muito preciso e concreto de plano de governo.

Neste contexto se explicam as investidas recentes do PMDB sobre o PT. Todas as pesquisas de opinião vêm indicando uma já garantida posição de terceiro lugar na disputa, logo abaixo do PMDB e do PDS. E, enquanto estes dois se alternam nas sondagens (ora um, ora o outro numa ligeira dianteira na casa dos vinte e pouco por cento), o PT já há muito

tempo deixou para trás os 10% e se aproxima agora dos 20% (uma pesquisa recente publicada pela *Folha de São Paulo*, dependendo do critério utilizado, dá para Lula 16%, 18% ou 19,7% da preferência do eleitorado).

Mas isso não é nada. Montoro e Reinaldo estão no páreo há anos. Suas máquinas partidárias e governistas são incomparáveis frente ao PT. O dinheiro para suas campanhas cai dos céus dos todo poderosos, os grandes órgãos de comunicação estão engajados numa ou noutra destas duas candidaturas etc.

Se frente a esta correlação de poder Lula em pouco tempo chegou até aqui, agora que a campanha vai começar prà valer, a vitória é sem dúvida uma chance real.

nacional, na campanha eleitoral ou no governo do Estado, assumir a luta contra a ditadura militar, apoiando e estimulando a auto-organização dos trabalhadores (as emendas mais importantes desta linha foram propostas por José Genuíno e Robinson Ayres); e outra que enfatizava fundamentalmente a defesa da autonomia do movimento popular (proposta por delegados da região Sudoeste da Capital). Havia, naturalmente, pontos de contacto entre as duas preocupações, ambas defendendo a independência política, a autonomia dos organismos criados pelos trabalhadores na sua luta. Mas enquanto a primeira abordagem enfatizava o papel ativo do PT, sua iniciativa como partido, a segunda abordagem se orientava pela linha que podemos chamar de "autonomismo", deixando ao partido um papel essencialmente de apoiador das lutas.

Diante dos debates, a Executiva Estadual não teve uma posição unificada. A sua maioria apoiou a primeira linha de emendas, que desta forma foi incorporada ao texto-base. Outros membros da Executiva apoiaram a linha "autonomista" de emendas. E outros ainda eram favoráveis à manutenção do texto original, mas não colocaram esta posição em votação no plenário. Votadas as propostas, venceu o texto base da Executiva integrando a primeira linha de emendas.

As alterações aprovadas melhoraram qualitativamente a plataforma. No entanto, esta ainda não foi aprovada no conjunto: como havia dezenas de emendas sobre os mais diversos assuntos,

foram votadas apenas as questões consideradas pelos relatores dos diversos grupos de discussão como envolvendo divergências políticas. O texto final, para cuja redação serão consideradas todas as emendas apresentadas, será redigido por um grupo de trabalho.

Uma decisão polêmica

Um fato que provocou polêmica no Encontro foi a inclusão de mais um candidato a deputado federal da região do ABC, o companheiro José Dilermando ("Ratinho"), um dos mais conhecidos e combativos integrantes da diretoria cassada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Esta indicação foi objeto de vivas discussões.

Antes do Encontro, a região tinha indicado como candidatos a deputado federal Benedito Marcílio e José Roberto Nogueira (Santo André) e Djalma Bom, o presidente estadual do PT, também um combativo diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos, pela região de São Bernardo e Diadema. O nome do companheiro José Dilermando (filiado em Diadema) não fora incluído, com o argumento de que prejudicaria a eleição de Djalma Bom.

No entanto, o companheiro Ratinho não aceitou esta decisão, e o assunto foi recolocado no Encontro Estadual. Inicialmente, foi discutido pelos delegados do ABC, e a maioria foi favorável à inclusão do seu nome na chapa. Depois, o assunto foi levado ao plenário, e após um debate vivo, a maioria confirmou a inclusão.

Além da aprovação dos eixos da plataforma estadual e das chapas de candidatos para deputado estadual e federal, o Encontro aprovou os eixos para as plataformas municipais. Mas esta deliberação foi feita no fim do Encontro, quando a maioria dos delegados já se preparava para sair. Assim, sem nenhum debate, com poucos votos a favor e poucas ausências, a proposta apresentada pela Executiva estadual foi aprovada.

As insuficiências e os avanços

Numa avaliação do Encontro, podemos assinalar que houve várias insuficiências. Em primeiro lugar, **uma questão tão fundamental como as formas de unificação da campanha, de formação dos comitês eleitorais unificados, de constituição de um fundo financeiro comum, não foi colocada em pauta, nem constou da preparação do Encontro.** Trata-se de uma questão que sem dúvida terá de ser enfrentada com urgência pelo Diretório Estadual, para que possamos cumprir a orientação geral aprovada na Carta Eleitoral nacional. Caso contrário, cairemos em campanhas individualizadas, contra o que o partido já decidiu.

Além disso, o que foi realizado no Encontro foi conseguido de maneira precária. A Executiva Estadual não chegou ao Encontro com propostas claras, e teve de passar um bom tempo do Encontro discutindo como encaminhar a plataforma estadual (reuniu-se por toda a manhã do domingo, enquanto os delegados esperavam). Muito tempo foi perdido, o que explica por exemplo porque não se conseguiu discutir os eixos das plataformas municipais, ou porque grande parte da elaboração da plataforma estadual ficou para ser feita depois.

Há um sensível desgaste da Executiva estadual por todos estes problemas, o que já tinha sido sentido pelo menos desde o Encontro municipal de São Paulo. É de se notar, por exemplo, que nenhum dos membros da Executiva defendeu em plenário vários pontos da plataforma estadual proposta (apresentada não só em nome da Executiva, como do Diretório), e afinal foram aceitas mudanças bastante importantes.

Por outro lado, é importante assinalar os aspectos positivos do Encontro. Fundamentalmente, houve uma democracia ampla, os delegados tendo oportunidade de influir sobre as principais questões em debate. A proposta de plataforma foi distribuída com antecedência; o regimento do Encontro foi modificado, atendendo uma proposta do plenário. Não houve vetos ou exclusões injustificáveis na formação da chapa de candidatos (sendo corrigido um encaminhamento do Encontro municipal de São Paulo).

Finalmente, com os eixos de plataforma aprovados, o partido sai bem armado para a campanha eleitoral: com objetivos claros (de estimular a organização independente dos trabalhadores, de se centrar no combate à ditadura) e com propostas bastante ousadas, capazes de sensibilizar as massas populares e de marcar bem a diferença do PT com relação aos outros partidos. Num momento em que as pesquisas de opinião já dão ao PT quase 20% dos votos em São Paulo, é fácil ver que a definição da plataforma e dos candidatos dará um novo impulso ao partido.

A nucleação junto com a campanha

Entrevista com Enock Cavalcanti, militante de Nova Iguaçu, candidato a deputado estadual pelo PT/RJ.

Por Carlos Henrique Áraabe

Enock, 29 anos, jornalista, é membro do Conselho de Representantes do MAB (Movimento Amigos de Bairro — a federação de associações comunitárias de Nova Iguaçu). Seu lançamento como candidato a deputado estadual é uma continuidade da luta pela organização independente dos trabalhadores. Pelo seu comprometimento com esta luta e com o socialismo, Enock se destaca como um dos candidatos do PT/RJ que mais podem contribuir para a construção do PT como partido operário. Aqui ele fala ao *EM TEMPO*:

— Enock, antes de mais nada conte-nos um pouco sobre sua experiência no movimento popular.

— Aqui em Nova Iguaçu a experiência que a gente vem desenvolvendo é basicamente a de construção da organização popular a nível de associações de moradores. E nossa experiência com o MAB é hoje muito importante a nível do país quando já reunimos 54 associações num trabalho de construção de uma força autônoma dos moradores dos bairros pobres. O MAB desenvolve um movimento reivindicatório de massas que já obteve vitórias importantíssimas. Basta dizer que nos últimos cinco anos o MAB conseguiu se constituir praticamente em todos os bairros, e com uma direção própria do movimento, contra seu atrelamento ao estado e aos partidos.

Como jornalista, nossa militância também vem sendo no sentido de fortalecer o movimento. Primeiro no jornal *O Berro*, depois no *Correio da Lavoura*. Do *Fluminense* fomos demitidos depois de uma greve e desde então alijados da grande imprensa. Agora, em

Queimados, lançamos o *Tribuna Livre* para apoiar também as lutas populares.

— Desde quando você participa do PT?

— Desde o primeiro momento. Nós aqui, o grupo que fundou o PT em Nova Iguaçu, viemos como um desdobramento natural da campanha desenvolvida ainda no antigo MDB em torno das candidaturas de Ismael Lopes e Paulo Faria. Já naquela época colocávamos a necessidade dos trabalhadores se organizarem de forma independente dos patrões. Sofremos uma pressão forte dos reformistas, mas Nova Iguaçu serviu de palco para o primeiro lançamento do PT no estado com a presença de Lula em setembro de 79. Nós estávamos dirigindo aquele ato e hoje somos já mais de 2 mil filiados.

— Nestas eleições há um grande risco dentro do PT de enfraquecimento de suas características fundamentais de partido operário e radicalmente diferente dos partidos burgueses, inclusive nos métodos eleitorais. Como é que você propõe a participação eleitoral do PT, considerando este risco?

— Nós temos defendido aqui e a nível regional que as eleições são um espaço para a organização e mobilização dos trabalhadores. O PT de Nova Iguaçu é um exemplo de organização partidária anti-eleitoreira, que busca consolidar os núcleos de base e a militância política dos trabalhadores. A construção de núcleos tem sido nosso maior objetivo e é assim que partimos para as eleições. Queremos ganhar no voto, mas acima de tudo na organização. Queremos ter até novembro 100 núcleos do partido organizados, e lançamos o apelo na plenária regional de formar no mínimo 1000 núcleos em todo



Enock: "Queremos ganhar no voto. Mas, sobretudo, na organização".

o estado. A gente acha que o PT precisa se consolidar efetivamente como partido político dos trabalhadores e não somente como palco de debates das correntes, mas como uma força real de intervenção nas lutas. O Rio é um paraíso dos pelegos e este quadro precisa mudar com a criação de uma direção política nova.

— Como garantir uma campanha unitária?

— O PT tem que demonstrar que depois de ilusões reformistas, populistas e de candidatos chamados populares, finalmente a classe trabalhadora encontrou seu partido. Este é um compromisso que temos. Os comitês unitários, fundos comuns, terão que ser garantidos a ferro e fogo. Os candidatos têm que estar presentes nestes comitês, a propaganda tem que ter base nas plataformas aprovadas, o dinheiro arrecadado pelo candidato tem que ir para o fundo e ser distribuído igualmente. Um furo por parte de um candidato é uma traição.

— Como o socialismo entra na campanha?

— A proposta de organizar os trabalhadores é para que eles possam em breve dar uma resposta definitiva àqueles que o exploram e oprimem. Esta resposta não tem um modelo pré-estabelecido. Ela se enriquece com todas as experiências daqui e de fora. Num momento como este, de tentação eleitoreira, temos que exigir esta discussão dentro do partido e na campanha. As viagens da direção à Nicarágua, Polônia etc. são justas para isso. Temos que conhecer e discutir (para negar e superar) as experiências do socialismo burocrático. Está na hora de resgatar as discussões sobre a permanência da revolução socialista no mundo, sobre o internacionalismo proletário. O enfrentamento de classes no Brasil vai se acirrando e temos que estar à altura desta realidade.

Lula e a Copa

O *Jornal dos Trabalhadores* na sua quinta edição festeja na capa, as greves do ABC: "Voltam as greves em todo o país", é a manchete. E no editorial, sobre o mesmo tema, sentença: as greves vieram num momento que muitos setores sindicais diziam ser de refluxo do movimento; frustraram-se. E até o fim do ano ainda teremos muitas outras!

Na seção internacional prossegue o debate sobre as Malvinas, desta vez com um discurso do deputado federal Freitas Diniz, membro da Comissão Executiva Nacional do partido. O texto não aprofunda a posição do partido, pois está centrado em comentários de Figueiredo e do ministro Camilo Penna sobre a guerra. Mas, mesmo sem ser explícito, o deputado termina concordando com a posição do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (!) — aparentemente independente, mas de fato oportunista, pragmática e capitulacionista, envergonhada às pressões dos EUA.

O "Recado de Lula" é sobre a copa. Lula escala "sua" seleção, diz que gosta de futebol e acredita na vitória. Mas adverte: "Futebol não enche barriga".

Partidão: Brasil x URSS

A penúltima edição do *Voz* trazia também a copa na contra capa. E



respondia à pergunta: no jogo contra a URSS "para quem o pessoal do *Partidão* torcerá? A mais óbvia das respostas. Os adptos do PCB torcerão para o Brasil e os do PCUS para os soviéticos, naturalmente"...

Sob a manchete de capa "A posição dos comunistas no conflito das Malvinas" esta edição trazia também uma resolução do Coletivo Nacional dos Dirigentes Comunistas. Sem uma única vez aparecer no

texto a expressão Ditadura Militar a proposta patriótica dos comunistas termina reivindicando simplesmente "Aumento da participação do povo nos processos de decisão"...

Já a edição desta semana é no mínimo (sovieticamente) engraçada. Das 16 páginas, 12, doze (sic), estão dedicadas a uma mostra publicitária para o leitor brasileiro sobre como é a URSS em vários aspectos de sua vida social. Por quê? A propósito do jogo Brasil X URSS.

HP aceita LSN

O atoleiro oportunista do *Hora do Povo* não tem mesmo limites. Em sua edição nº 130 a manchete de capa classifica o ato dos EUA se colocarem ao lado da Inglaterra contra a Argentina de "Traição Ianque" (!!!). Como se os ianques antes disso estivessem do nosso lado... Mas o pior vem dentro, na página 3, e como desdobramento da manchete. Se os EUA "traíram", logo a doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra (calcada no conceito de blocos) não tem mais sentido. Por isso, "Revisão da LSN, caminho para a concórdia nacional", é o título da página 3!!! Embalado pelos acontecimentos argentinos o delírio agapista sonha que trocando o FIM da LSN por sua REVISÃO a saia dos milicos brasileiros abrirá maior espaço para suas manobras oportunistas (F.A.)

Chaguismo reprime o PT

s forças repressivas do estado do Rio — dirigidas de mãos dadas pela ditadura e seu braço chaguista — parecem já ter escolhido seu alvo nestas eleições: o PT.

Primeiramente, um comício de Lisâneas em Bonsucesso, autorizado pela prefeitura, foi impedido pela Polícia Militar. Em Niterói o comício de lançamento da campanha à prefeitura, em frente das barcas e com a presença de Lisâneas, teve como recepção um pelotão de choque da PM; e o comício teve que ser deslocado.

Em Nova Iguaçu sete militantes foram presos pela Polícia Federal sob acusação de pichação eleitoral. E só foram liberados mediante o pagamento da fiança de Cr\$ 80 mil ao mesmo tempo em que se abria inquérito contra eles. Este inquérito inclusive pode, no final, levar o PT a pagar uma vultosa multa.

"Frente a este quadro o partido não pode se intimidar, afirmam os petistas, mas sim virar contra os repressores sua mobilização e sua denúncia. Afinal, a ditadura está aí; e nestes atos de repressão seletiva se desmascarando ao escolher como alvo justamente o partido da classe trabalhadora.

Vamos manter nossa campanha de mobilização, com mais força e organização. Fazendo, como os companheiros de Niterói, comícios relâmpago nos locais de concentração de massa que a polícia quer vetar ao partido e exigindo o arquivamento do inquérito aberto em Nova Iguaçu contra os sete militantes do PT."

A luta pela democracia no PT

A publicação de um pequeno artigo denunciando uma série de encaminhamentos que envolviam a participação da deputada Irma Passoni e que implicavam, no entender deste jornal, em sérios desrespeitos às bases do partido, motivaram uma série de desdobramentos. Alguns dias depois, um grande número de petistas da Zona Sul paulista compareceram a um debate travado na sede do EM TEMPO, com a presença da deputada Irma Passoni, para o esclarecimento dos fatos. Posteriormente, Irma nos enviou uma carta, a qual publicamos a seguir, que foi também distribuída aos delegados da pré-convenção do PT paulista.

O debate, pela seriedade com que foi conduzido durante todo o tempo, pelos métodos e pela importância — a discussão em torno à democracia no interior do partido no estado em que ele é mais forte — é, sem dúvida, um marco na luta pela construção do PT. E, no fundamental, como procuraremos demonstrar, a seguir, ela confirmou de forma cabal as informações por nós antes veiculadas.

Na edição nº 149 "Em Tempo" publicou uma séria crítica à minha prática política no PT. Daí a necessidade de, considerando que o jornal em questão é um jornal também sério, fazer

algumas observações de modo que os fatos narrados pelo semanário deixem de ser parciais e vistos apenas a partir do enfoque da equipe do "Em Tempo".

Em primeiro lugar, é necessário dizer que todo meu comportamento político como Secretária Geral do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, e como membro da bancada do PT na Assembleia, vem sendo pautado por absoluta fidelidade aos princípios, programa e estatuto do Partido. O que, de nenhuma forma, significa que eu me considere uma militante perfeita, incapaz de errar. Não. Eu também erro. E, nas questões levantadas pela matéria de "Em Tempo", tenho consciência clara de que houve de fato falha minha. Só que não é a falha da qual sou acusada, isto é, de ter agido com má fé. A falha é outra.

Diretório

A indicação do Teobaldo para o diretório regional, foi da responsabilidade de membros do Diretório de Santo Amaro. No entanto, os delegados ao encontro estadual que elegeram o Diretório Regional rejeitaram o nome de Teobaldo. O substituto, proposto pelos delegados da região sul, acabou também não sendo incluído no Diretório Regional tirado pelo Encontro.

Se os companheiros do "Em Tempo" acreditam mesmo, como fazem parecer, no conceito reacionário da corresponsabilidade conjugal, antes de me acusarem de ser responsável pela não inclusão dos dois nomes do diretório, eles deveriam lembrar-se de um fato. Armelindo, que é meu marido, diante dessa exclusão e diante dos 980 delegados presentes ao Encontro, usou da palavra para protestar contra essa exclusão.

Se o companheiro que redigiu a matéria de "Em Tempo" no entanto, concordasse com o absurdo representado pelo conceito de corresponsabilidade conjugal, ele jamais teria tentado imputar responsabilidade a minha pessoa no caso da Ata envolvendo Adriano. Se houver contradição entre as atas da internúcleos e do diretório, eu absolutamente não tenho nada a ver com isso. A Secretaria recebeu a ata do diretório e a ata do núcleo de Santo Afonso, e, constatando a rasura da ata e a contestação por parte do núcleo, submeteu o problema à Executiva Estadual. A decisão desse órgão superior do Partido, apoiada por mim, foi a de impugnar os dois delegados apresentados pela região que assim não pode ser

representada no encontro estadual de janeiro.

As acusações de que eu teria manipulado a indicação do candidato a vereador pelo diretório da Capela do Socorro, também não tem nenhum fundamento. A indicação dos candidatos de Capela do Socorro foi fruto de um acordo firmado pelos seus filiados que resolveram indicar em conjunto vários nomes, sem ordem de prioridade. Durante a realização do Encontro Distrital, chamei a atenção de militantes daquele diretório para o fato de que aquelas indicações não estavam de acordo com as orientações vindas da secretaria Geral do Partido (circular nº 5) que exigia a indicação de apenas um candidato regional e um geral. Em reunião posterior, da qual não participei, delegados do diretório decidiram encontrar-se com Adriano e Sebastião e, num acordo mútuo, indicaram Adriano. A Executiva tomou conhecimento desse acordo através de uma carta assinada por Sebastião, durante a própria reunião, em que ele retirava sua indicação a vereador. A executiva propôs que o nome do candidato fosse tirado no encontro, submetendo em reunião com todos os delegados da região.

Diante dos fatos narrados, cabe agora apontar a minha responsabilidade. Como secretária Geral do Partido dos Trabalhadores e como militante política, houve da minha parte falta de condições para conseguir desempenhar com o rigor necessário as tarefas que vem se acumulando em minhas mãos. O fato de ter assumido funções em todo o Estado, e ter que executá-las, não me isenta da responsabilidade de acompanhar o diretório ao qual sou filiada. E, de seus erros, portanto, cabe minha parcela de culpa.

Como vimos, "Em Tempo" deixou de registrar que todos os fatos envolvendo a Zona Sul foram, bem ou mal, certos ou errados, resultados de posições assumidas por militantes do PT na região. Não são frutos de manobras minhas, como querem fazer crer. Pensar o contrário, companheiros, seria passar um atestado de incompetência, de infantilidade aos militantes petistas da área.

No entanto, caso os esclarecimentos que prestei não satisfaçam, quero lembrar que todas as atas, cartas de pessoas de diretórios e núcleos, estão à disposição para consultas, na Secretaria de Consultas do Partido.

O centro da crítica de Irma está em nos atribuir na matéria o conceito absurdo de "corresponsabilidade conjugal". Na verdade, não defendemos este conceito. Se atribuímos à companheira a responsabilidade principal pelos fatos que ocorreram na região do Socorro, diretório ao qual está filiada a companheira, aos quais nos referimos na matéria, é porque os fatos ocorreram no seu diretório, e envolvendo todos militantes do PT

pertencentes à corrente da qual a companheira é reconhecidamente a principal liderança.

Além disso, como secretária-geral, Irma deveria forçosamente ter tido acesso às atas e aos demais fatos envolvidos na indicação de um membro para o Diretório Regional, na eleição de um delegado e na indicação de um candidato a vereador. O fato de que o companheiro Armelindo Passoni, marido de Irma, tenha tido uma participação especial em alguns destes episódios, e por isto tenha sido citado com destaque na matéria, é apenas um elemento secundário da análise, e não a razão fundamental pela qual acreditamos na responsabilidade da companheira Irma nos erros cometidos.

Portanto, não defendemos o conceito de "corresponsabilidade conjugal". Dito isto, queremos ressaltar que, no fundamental, a companheira Irma, na sua carta, **confirma** as informações que divulgamos.

Em primeiro lugar, na questão da indicação de candidato a vereador pelo distrito de Capela do Socorro, está claro que houve uma reunião de parte dos delegados à plenária distrital, sem participação dos demais delegados, e de outros militantes que não tinham sido delegados, reunião esta que tomou a decisão de retirar o nome do companheiro Sebastião e de incluir o de Adriano. Este procedimento, sem nenhuma dúvida, é totalmente incorreto e significa passar por cima da maioria dos delegados à plenária distrital.

Para complicar as coisas, no encontro municipal, diante de centenas de delegados, o companheiro Sebastião protestou vivamente pela retirada do seu nome e, afinal, os delegados da região, por maioria, confirmaram a sua indicação (e não a de Adriano) como candidato a vereador pelo distrito. Isto confirma plenamente as informações que divulgamos.

Depois do Encontro Municipal, e depois da publicação da matéria no EM TEMPO, Sebastião divulgou um esclarecimento dizendo que na verdade tinha retirado o seu nome em favor de Adriano e que seu protesto diante dos delegados do Encontro fora fruto de uma confusão. Ora, não questionamos o direito do companheiro de dizer (depois de tudo) que se tinha confundido, embora isto deixe um pouco obscuro porque manteve o seu nome como candidato, sendo inclusive aprovado pelo encontro, sem retirá-lo em apoio a Adriano, como esclareceu já haver feito a partir da reunião de parte dos delegados. Não houve oportunidade no Encontro para Sebastião retirar o seu nome? Mas de qualquer maneira, o companheiro Sebastião não tinha nenhum direito de retirar o seu nome em favor de Adriano: caso desistisse da sua candidatura, caberia obviamente ao conjunto dos delegados à plenária indicar outro nome.

Quanto à indicação do nome de Teobaldo para o Diretório Estadual, a

companheira Irma nos disse que ela o havia pedido ao presidente do Diretório de Santo Amaro. Isto não muda a incorreção de uma indicação feita sem ouvir a região, e flagrantemente sem representatividade.

Além disso, a companheira Irma nos esclarece que o companheiro Armelindo protestou diante dos delegados à pré-convenção quando o nome indicado com o apoio das bases da região foi rejeitado na chapa formada pela Executiva. Mas não esclarece porque ela própria, que representa a região na Executiva, não defendeu a inclusão, nem se opôs à exclusão, do nome deste companheiro.

Finalmente, a companheira Irma não nega a informação de que, na eleição de um delegado de Capela do Socorro no encontro estadual anterior, este companheiro teve seu nome impugnado porque a ata, assinada anteriormente pelo companheiro Adriano (que não havia sido eleito delegado) ficou rasurada. Cumpre apenas a nós retificar que na verdade não foram impugnados "os dois delegados apresentados pela região", como a companheira diz na sua carta, mas sim o **delegado eleito e um outro companheiro que não havia sido eleito delegado**, mas cuja assinatura erroneamente havia sido colocada na ata correspondente.

Em conclusão: houve na região sul da cidade de São Paulo, particularmente no distrito de Capela do Socorro, vários encaminhamentos incorretos, onde uma parte dos militantes do PT da região (integrantes, como é geralmente reconhecido, do setor do partido mais diretamente vinculado a companheira Irma Passoni, que é a sua principal liderança) desrespeitou os direitos de outros militantes da região. Estes outros militantes têm lutado, em todas estas oportunidades, para corrigir estes encaminhamentos incorretos, e o têm conseguido, em grande parte. Nossa matéria teve o objetivo claro de apoiar o esforço destes companheiros.

Finalmente, queremos deixar claro que nosso compromisso fundamental, como jornal, é com a verdade dos fatos, e com a construção do PT. Agradecemos a iniciativa da companheira Irma em discutir conosco suas críticas. Estamos inteiramente dispostos da nossa parte, a esclarecer nossas críticas e nossas posições em geral diante do conjunto dos militantes do partido, em todas as suas instâncias. Temos certeza de que este debate fortalecerá o PT.

Pois é importante assinalar uma diferença decisiva do PT de todos os outros partidos: se há encaminhamentos incorretos, eles se deram diante de instâncias democráticas a partir da base, que tiveram inclusive a condição de corrigir (pelo menos em parte) estes encaminhamentos. O resultado de todo o processo é que a democracia interna no PT de São Paulo, tem sido fortalecida.

A redação do EM TEMPO

A dinâmica implacável da confrontação A agressão imperialista ameaça o continente

A guerra que já custou 1.600 mortes começa a projetar a sua sombra sobre o território continental. O total engajamento dos EUA ao lado da Inglaterra faz com que a guerra da Argentina seja, em verdade, uma guerra contra o chefe imperialista. Embora humilhando-se perante a ilha revolucionária que tentou combater até abril, a ditadura argentina não rompe os laços com os EUA e não defende uma política para ganhar a guerra.

Cuba e Nicarágua ofereceram ajuda militar, mas Galtieri prefere fazer um pacto com Reagan. A previsível derrota argentina não acabará com o conflito e as forças sociais liberadas não aceitarão as cadeias da ditadura.

Por Marcelo Zugadi

Quando da redação deste artigo, iniciava-se a batalha pela posse de Puerto Argentino, a capital das ilhas Malvinas. Em cinco dias, as tropas britânicas desembarcaram, venceram a resistência argentina em San Carlos, Goose Green e Puerto Darwin e cercaram a capital, defendida por sete mil soldados. Os ingleses mataram 250 argentinos e fizeram 1.400 prisioneiros em Puerto Darwin. A evidente superioridade militar das tropas terrestres inglesas faz com que a grande imprensa afirme que o final da guerra é iminente. As próprias autoridades argentinas começaram a preparar a opinião pública para assumir uma derrota.

Não obstante, é incerto que haja uma resolução imediata do conflito no terreno militar. A ditadura argentina optou por uma tática defensiva nas ilhas, como resultado de seus objetivos políticos. É altamente improvável que Puerto Argentino se renda rapidamente.

Em alto mar, enquanto isso, a batalha tem outra dinâmica. Ainda que não se haja confirmado, é verossímil que aviões argentinos hajam afundado o porta-aviões "Inincible".

A solidariedade peruana

Em Lima, cerca de cem mil pessoas foram às ruas para manifestar o seu repúdio à agressão imperialista.

Por Paulo Skromov

Há cerca de dez dias reuniram-se em Lima, no Peru, dezenas de militantes anti-imperialistas, representando partidos e organizações populares de doze países latino-americanos, chamados a prestar apoio a um setor da direção do movimento peronista Montonero que pretendia retornar ao seu país, pondo fim a um exílio de vários anos.

Tentavam retornar à Argentina os dirigentes Oscar Bidegain (ex-governador da Província de Buenos Aires) e Ricardo Obregon Cano (ex-governador da Província de Córdoba) que são integrantes da direção nacional do movimento Montonero.

As chances de se obter da ditadura militar argentina autorização para entrar no país, já se sabia, eram muito remotas. Mas a tentativa mostrou-se válida, pois a rude negativa expressa pelo embaixador argentino em Lima levou a um desmascaramento e a um isolamento ainda maior da ditadura de Galtieri.

Fomos a Lima dispostos a escudar os companheiros Montoneros em sua tentativa de retornar ao país. O intento da direção Montonera fora bem divulgado em Buenos Aires e em toda a Argentina, sendo que as forças de oposição popular mantiveram-se na expectativa para exigir o direito de retorno aos exilados.

A negativa do governo militar argentino comprova uma vez mais o quanto é incapaz de manter a direção do país nesta grave emergência nacional. Negar o direito ao retorno ao país dos exilados políticos é enfraquecer a posição argentina no conflito com o imperialismo anglo-ianoque.

É verdade que os dirigentes Montoneros retornavam com uma proposta que começava por "substituir urgentemente o governo vendepátria e vacilante da ditadura militar", por defender a "encampação e nacionalização do capital britânico radicado no país e a sua imediata ocupação pelos trabalhadores", a "constituição de milícias populares" e a "imediata liberdade dos presos políticos e o livre retorno dos exilados".

A mobilização peruana

Os militantes anti-imperialistas presentes em Lima restringiram-se a participar de um ato público em solidariedade ao povo argentino e a receber homenagem do Congresso Nacional peruano.

O mais impressionante, no entanto, é o alto grau de consciência latino-americana do povo peruano. A marcha popular em solidariedade ao povo argentino reuniu em Lima mais de cem mil participantes. A pressão popular anti-imperialista é tão forte e profunda que até mesmo o governo liberal-conservador de Belaunde Terry foi obrigado a se apresentar, um tanto a contra-gosto, ao lado da causa argentina.

Além disso, os trabalhadores portuários e aroviários peruanos desde abril não carregam nem descarregam navios britânicos. A mobilização militar pró-Argentina é um fato, não apenas através de apoio logístico, técnico e material como inclusive de tropas que estão apenas aguardando o chamado do governo argentino para se deslocar ao local do conflito.

com que as tropas inglesas fincaram pé nas ilhas: o alto comando argentino se propôs a resistir na capital para conseguir uma paz negociada. A procura de uma vitória militar não caberia nos planos políticos da ditadura, para conseguir-la seria necessário colocar as massas em pé de luta, cortar os laços de dependência com o imperialismo, expropriar seus bens no continente e pedir ajuda militar aos países dispostos a dá-la como Cuba e Nicarágua, exigindo o apoio das forças armadas latino-americanas para rechazar a agressão imperialista. Os chefes militares deixaram sangrar suas próprias tropas, limitando-se a chantagem com o imperialismo com a ameaça de buscar apoio "fora do bloco ocidental", mas sem passar até agora das palavras.

Uma negociação impossível

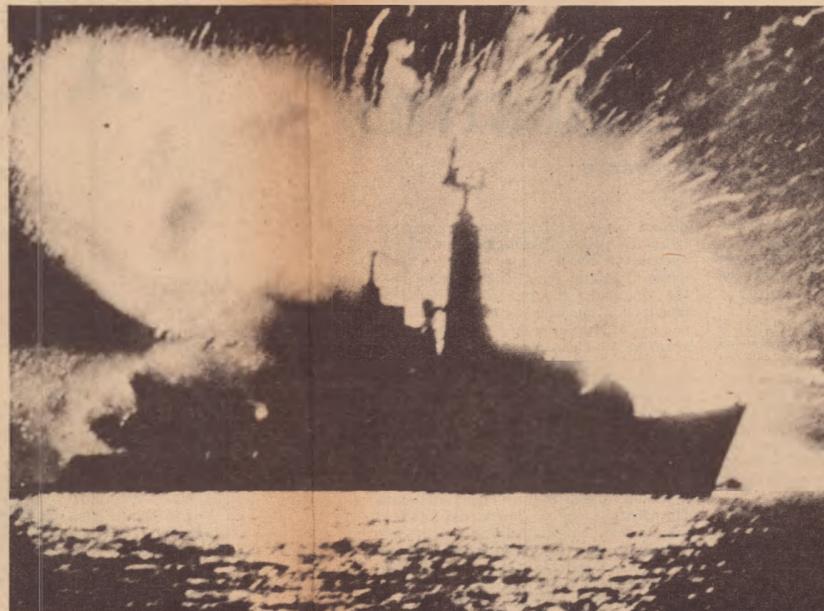
O governo de Galtieri trata neste momento de negociar com a Casa Branca um plano para realizar, no marco da nova situação criada pela guerra, os objetivos que estavam na base de sua operação de 2 de abril: a criação de uma base militar nas Malvinas, com a participação dos EUA, Grã-Bretanha e... a Argentina. O chanceler Costa Mendez declarou que a "Argentina daria todo o tipo de facilidades, sem restrição alguma" para a exploração das riquezas minerais e petrolíferas das ilhas e para utilizá-las como base militar dos EUA e Grã-Bretanha. Em troca da soberania formal e da participação.

Obviamente este objetivo é inviável. Não só porque os imperialistas não podem confiar nos ditadores argentinos, senão e sobretudo porque no interior do país destararam-se forças que impedem a concretização de semelhante plano. Mas, o certo é que o governo articula sua diplomacia em busca daqueles objetivos. E esse critério se transfere ao campo militar. Assim, se explica a relativa facilidade

com que as tropas inglesas fincaram pé nas ilhas: o alto comando argentino se propôs a resistir na capital para conseguir uma paz negociada. A procura de uma vitória militar não caberia nos planos políticos da ditadura, para conseguir-la seria necessário colocar as massas em pé de luta, cortar os laços de dependência com o imperialismo, expropriar seus bens no continente e pedir ajuda militar aos países dispostos a dá-la como Cuba e Nicarágua, exigindo o apoio das forças armadas latino-americanas para rechazar a agressão imperialista. Os chefes militares deixaram sangrar suas próprias tropas, limitando-se a chantagem com o imperialismo com a ameaça de buscar apoio "fora do bloco ocidental", mas sem passar até agora das palavras.

Uma dinâmica irresistível

Mas a dinâmica militar e política continua fora de controle. Os Estados Unidos, ao mesmo tempo que aderiram à guerra, se esforçam por evitar uma derrota total das tropas argentinas nas ilhas, convencido de que isso não acabará com a guerra e, pelo contrário, prolongará e endurecerá o confronto.



Os militares argentinos, por sua vez, atacam pelo ar a frota inimiga inflingindo a ela perdas intoleráveis. A superioridade neste terreno reside no fato de que a Argentina conta com as bases aéreas no continente. A lógica militar exige que os ingleses ataquem essas bases, ainda que a sua lógica política os impeça.

Uma negociação na situação atual seria uma irrefutável vitória argentina, algo que o imperialismo não poderia suportar, pelas enormes consequências destas vitórias, na Argentina e no resto do continente. De modo que os atores continuam representando uma peça que não conseguem dominar. Porque debaixo deles estão as contradições e as burguesias locais, de um lado, e as massas exploradas do continente, de outro, que só podem resolver-se na revolução social.

Caspar Weinberger, Secretário de Defesa norte-americano, admitiu que os submarinos ingleses levam armas nucleares, mas se desculpou dizendo que isso "só seria usado no caso de que a frota real corresse sério perigo". Esta é precisamente a situação atual. E a simples menção de armas atômicas, ainda que para serem utilizadas como instrumento de chantagem, demonstra a que ponto em que chegaram as coisas.

A mobilização necessária

A envergadura das ações e a natureza das forças comprometidas nelas demonstram de modo inapelável que a aventura desesperada dos militares argentinos se converteu em uma guerra anti-imperialista. O curso dos acontecimentos demonstra também que a cúpula militar apoiada no capital financeiro internacional não

pode ganhar uma guerra. E comprova-se, finalmente, que os revolucionários não podem resolver esta contradição optando pela abstenção. A omissão, como o demonstra o governo brasileiro, significa deixar as mãos livres ao imperialismo.

É imperioso nos mobilizarmos para exigir que os governos do continente se comprometam política, diplomaticamente e militarmente na guerra contra o imperialismo. Até agora, a ação das direções sindicais e políticas do continente esteve muito aquém das possibilidades. É necessário recuperar o tempo perdido, nos mobilizarmos para formar comitês anti-imperialistas que exijam a retirada das tropas inglesas, denunciem a ditadura argentina que pretende fazer um pacto com o inimigo e promovam o alinhamento do Brasil com a Argentina, contra a agressão imperialista.

Nicarágua

"Por que oferecemos ajuda militar à Argentina"

Aqui, o depoimento de Ernesto Gutierrez, embaixador da Nicarágua no Brasil.

Ernesto Cardenal, ministro da Cultura da Nicarágua, padre e escritor, esteve no Brasil para difundir a realidade da revolução em seu país e pedir solidariedade contra a agressão norte-americana. Em São Paulo, Cardenal se apresentou em várias comunidades da periferia, na PUC e finalmente numa conferência organizada pela AELA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Ali, perante mais de 400 pessoas, falou sobre a situação criada na América Central pelas tentativas de invasão ianque, explicou em detalhe a vida cotidiana da revolução nicaraguense e respondeu a dezenas de perguntas dos presentes. Estava também Ernesto Gutierrez, embaixador da Nicarágua no Brasil, que em declarações para EM TEMPO explicou a posição de seu país perante a guerra das Malvinas!

— Depois da reunião do TIAR, a Nicarágua confirmou a proposta de dar ajuda militar à Argentina?

Ernesto Gutierrez: "A Argentina não fez ainda nenhum pedido concreto. A Nicarágua ofereceu ajuda como a ofereceram outros países, como o Peru e Venezuela. E essa oferta continua: quando a Argentina solicitar algo e a Nicarágua estiver em condições de fazê-lo, o fará porque acima das divergências ideológicas e de regimes, estamos enfrentando, junto com todo o continente, o imperialismo norte-americano.

— Qual a posição da Nicarágua perante a crise da OEA e do TIAR?

Ernesto Gutierrez: "A Nicarágua acredita que é necessária uma organização regional para a América Latina. Porque os interesses da América Latina são muito diferentes

dos Estados Unidos e isso fica demonstrado com a questão das Malvinas, quando os EUA optaram pela OTAN contra o TIAR, que eles mesmos tinham criado, mas no seu benefício. Não sei se será viável, se se conseguirão os votos suficientes para formar uma nova OEA sem os Estados Unidos, mas isso é o que necessitamos.

Entre os dias 25 e 31 de maio, realizou-se em São Paulo a Semana Mundial do Preso Desaparecido. Organizada por grupos defensores dos direitos humanos e familiares de presos desaparecidos de vários países (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai), o evento teve por fim "denunciar ante a opinião pública mundial a prática institucionalizada do desaparecimento"; "criar uma consciência continental" sobre o problema e "criar um organismo permanente" para atuar de maneira sistemática e em casos de emergência.

Os planos de Galtieri e as manobras da burocracia sindical

Com movimentos bruscos e inesperados, a burocracia sindical argentina procura se acomodar aos desafios da nova situação. Uma nova central sindical foi criada, com uma ampla hegemonia de sindicalistas intimamente ligados a ditadura, e a CGT, peronista ortodoxa, se vê notavelmente debilitada. O alinhamento mais explícito da burocracia sindical com Galtieri favorecerá inevitavelmente o espaço para o seu isolamento e desmascaramento.

Enquanto a guerra continua e a população assiste impotente à manobra política e militar da ditadura, os dirigentes sindicais da ditadura seguem à margem dos reclamos das bases e realizam bruscos e incoerentes movimentos para se recomodar e enfrentar os perigos do futuro imediato.

CNT-20, que devia marchar para uma unificação hegemonizada pela CGT, julgou viável uma tática ofensiva, contando com o apoio do governo para controlar de maneira absoluta uma CGT unificada.

Os planos de Galtieri

Como já informáramos na edição anterior, o governo propunha-se a levar a cabo um plano de quatro pontos: a extinção da lei que proíbe a CGT; o levantamento da intervenção dos sindicatos; a devolução dos serviços de assistência social e médica aos sindicatos e a convocatória para convenções paritárias. Dada a reação da CGT e sua provada debilidade no 1º de maio, o ministro do Trabalho lançou-se à aplicação deste plano em combinação com os dirigentes da CNT-20.

No dia 17 de maio, Porcile convocou um plenário de secretarias gerais com mandato legal — ou seja, excluindo os sindicatos sob intervenção, a maioria dos quais nucleiam-se na CGT. O motivo aparente era a eleição da delegação para viajar à reunião anual da Organização Internacional do Trabalho. Mas, na realidade, tratava-se de formar uma nova CGT. Nestes momentos, funcionava uma "Comissão de Unidade" com dirigentes da CGT e da CNT-20, que preparava a fusão das cúpulas. Segundo revelou depois o secretário do sindicato dos vidros, Jorge Lujan, até o dia anterior à plenária havia uma acordo entre ambas as frações para repartir os cargos numa central única. Poucas horas antes da sua realização, porém, a CGT impugnou a plenária.

O "neo-peronismo"

O governo — ou pelo menos um dos seus setores — porém, lançou-se a concretizar um plano que, a simples título de imagem para dar uma ideia global ao leitor, poderíamos chamar de "neo-peronismo". O ministro do Trabalho, brigadeiro Porcile, pretendia não menos que conseguir por trás de si os burocratas das duas frações e no 1º de maio falar como representante dos trabalhadores, com o respaldo da CNT-20 e a CGT. Seguindo esse plano, quando os ingleses invadiram as ilhas Georgias, ele impulsionou um ato frente à casa do governo, organizado conjuntamente pela CNT-20 e a CGT. A concentração, apesar de ter sido convocada paritariamente e num clima de euforia, levou apenas cinco mil pessoas à praça, das quais uma alta porcentagem respondia a organizações de esquerda, e pior, o ato converteu-se numa manifestação de repúdio à ditadura.

Esse fato somou-se às disputas internas da burocracia e, sobre a base da irremediável debilidade política do governo, abortou o plano da ditadura por o 1º de maio. A CGT denunciou Porcile e advertiu à CNT-20 que "seria uma flagrante violação dos princípios do movimento operário" realizar um ato conjunto com a ditadura no dia dos trabalhadores.

A CGT convocou um ato próprio e então o quadro da situação completou-se: apenas mil pessoas acudiram a seu chamado.

O fracasso da CGT mudou o eixo do movimento de unificação das cúpulas burocráticas que estava operando-se desde janeiro e acentuou-se depois da tomada das Malvinas. A

para marcar responsabilidades "pelo que se fez bem e o que se fez mal". Dá-se por certo que a CGT-Azopardo receberá como prêmio as quatro reivindicações assinaladas acima com o que se pretenderá mostrá-la perante o conjunto dos trabalhadores como a verdadeira central operária.

Antonio Baldassini, secretário-geral da Federação dos Correios e Telecomunicações, advogado, expoente típico da burocracia ao serviço da burguesia e separada das bases, apresentou um programa intitulado "Unidade operária e unidade nacional". A unificação total da CGT coloca-se aí como "um passo preliminar". Propõe a "recomposição sindical" sobre a base da revogação de toda a legislação da ditadura contra os sindicatos e a atividade sindical, a "reativação urgente da economia" e o fim da "marginalização política e social de nosso povo". Propõe "uma solução política que deve contemplar as aspirações de todos os setores". Não exige a convocação das eleições porque por enquanto o plano consiste em apoiar um governo de transição presidido pelo "novo Galtieri".

A CTB-Brasil, por sua vez, perdeu a iniciativa e suas forças minguaram drasticamente. Inaugurando um novo método de luta operária, na semana passada enviou um telegrama ao presidente exigindo que mude a política econômica. E lançou um documento convocando a realização de atos públicos para enfrentar o propósito governamental de "criar um sindicalismo complacente e dependente" e "resistir à continuidade de uma política anti-nacional". Ao mesmo tempo, Lorenzo Miguel e Saul Ubaldini, os principais dirigentes da CGT, declararam que "se uma especial situação política interna o reclamar" estão dispostos a "assinar a uridade em 72 horas".

Os limites da manobra

A realidade do movimento operário, porém, passa por outros parâmetros. Retraído perante a realidade da guerra, é no entanto a ameaça de sua mobilização o que marca os passos políticos e inclusive militares do governo. As frações burocráticas são mais ou menos fortes segundo subam ou desçam as ações dos setores burgueses e militares que representam. Mas ambas estão igualmente separadas das bases. Inclusive estão separadas dos setores médios da burocracia, que se expressam nas chamadas CGTs do interior.

As cúpulas não têm um projeto claro porque a burguesia não o tem. Nem pode ter. Pode sim aproveitar a falta de uma organização independente dos trabalhadores. Mas também isto tem os seus limites. O deslance da guerra, seja qual for, não poderá reverter o que há de essencial nos últimos passos das manobras burocráticas: o movimento operário recuperou um enorme espaço político e está a ponto de obter a legalidade da CGT e a normalização dos sindicatos e da vida sindical. E isso é a sanção da derrota de todos os planos da ditadura, que deverá se completar com a derrota da burocracia nos sindicatos e a formação de um partido dos trabalhadores.

Segunda edição

À venda nas sucursais do EM TEMPO

América Latina

O enfraquecimento do imperialismo

A guerra das Malvinas acelera um processo de debilitamento da capacidade de controle dos EUA sobre os governos burgueses do continente.

A principal consequência da guerra das Malvinas no plano internacional é o debilitamento das posições de alinhamento direto com a política externa norte-americana no continente e, em consequência, da capacidade de intervenção política e militar dos EUA frente aos processos revolucionários em curso na América Latina.

E isto não é pouco. É decisivo. A presença norte-americana como gendarme dos interesses imperialistas no continente tem cumprido um papel importante, várias vezes decisivo, na obstrução de processos revolucionários ou de transformação na América Latina.

Uma rápida passada de olhos na história recente do continente demonstra isso. As duas principais barreiras para a consolidação da revolução cubana tiveram como agentes os EUA. A tentativa de desembarque militar em 1961 em Playa Girón, com o apoio de contrarrevolucionários e mercenários treinados na Guatemala e transportados da Nicarágua; o bloqueio econômico imposto a Cuba, através da OEA, no início dos anos sessenta que só começou a ser atenuado em 1975.

O apoio conspirativo, diplomático e econômico do governo Lindon Johnson ao golpe militar no Brasil em 1964 foi um marco importante. Um ano após, tropas americanas com o apoio direto do Brasil, da Nicarágua, da Costa Rica, de Honduras e do Paraguai desembarcaram na República Dominicana para colocar no poder Joaquim Balaguer, subserviente aos interesses imperialistas. O apoio norte-americano, já com Nixon no poder, seria igualmente decisivo na brutal repressão desencadeada pelas forças armadas aos processos de transformação na Bolívia, no Uruguai e no Chile.

No período recente, a revolução nicaraguense se beneficiou diretamente das contradições e do enfraquecimento da capacidade de intervenção dos EUA no governo Carter. É sabido que Cyrus Vance quando a derrubada de Somoza já era certa, tentou articular uma manobra militar contra os sandinistas propondo que uma "Força de Pacificação", composta por efetivos das forças armadas latino-americanas, fosse enviada à Nicarágua. A manobra não pôde ser levada a efeito pela falta de apoio dos países latino-americanos. Hoje, a inibição da intervenção direta dos EUA em El Salvador é por todos reconhecida



como decisiva para o sucesso da revolução naquele país.

Os fracassos de Reagan

Recuperar o terreno político perdido nas relações com a América Latina durante a gestão Carter foi, desde o início, um dos objetivos centrais do governo Reagan. Na versão explícita de Thomas Enders, subsecretário das Relações Inter-americanas do Departamento de Estado, publicamente externada em 1981 esse objetivo era detalhado em três aspectos: a melhoria das relações com o México; a contenção da influência cubana na América Central e a revitalização das relações com os países sul-americanos.

Dos dois encontros mantidos preliminarmente entre Reagan e Lopez Portillo, não houve resultado aparente algum que indicasse uma aproximação entre os dois países. Aliás, o reconhecimento do México, em conjunto com a França, da FDR salvadorenha como

interlocutora para negociação em um momento em que os EUA articulavam um plano de intervenção militar naquele país demonstram bem a autonomia do México em relação aos movimentos da política externa do imperialismo.

No que diz respeito à América Central, os fracassos somam mais do que os pequenos avanços conseguidos pelo imperialismo. A rigor, estes foram apenas o rompimento das relações da Colômbia e da Costa Rica com Cuba, em um esforço para reeditar o bloqueio econômico cerrado à ilha vigente durante cerca de quinze anos. No entanto, todas as manobras no sentido de obter apoio internacional a uma intervenção militar em El Salvador resultaram em muito pouco.

Já em relação ao terceiro objetivo — o de revitalizar as relações com os países sul-americanos — o esforço dos EUA tinha como eixo a Argentina, com fins inclusive bélicos. A meta era a criação de uma organização congênera da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Sul, envolvendo a Argentina, o Chile, a África do Sul principalmente. Tal pretensão encontrou obstáculos na recusa brasileira em compor um pacto militar com a África do Sul, interessada na manutenção de boas relações comerciais com os países emancipados da África, e em divergências geopolíticas entre a Argentina e o Chile. Mas o principal dos esforços estava dirigido para a Argentina, para a qual Reagan suspendeu o embargo de venda de armas decretado por Carter em sua cínica campanha dos direitos humanos e promoveu sucessivos encontros e visitas, entre as quais, a do chefe do Estado Maior das Forças Armadas norte-americanas, Edward Meyer, em abril de 1981.

A guerra das Malvinas vem encetar um golpe mortal nesta pretensão, colocando as relações dos EUA com o continente em um nível de deterioração bastante mais grave do que o do período Carter.

Dificuldades crescentes

A crescente dificuldade dos EUA em obter dos governos dos países latino-americanos, mesmo os de orientação mais reacionária, um alinhamento direto em relação às suas metas de política exterior repousa em algumas tendências estruturais.

É claro que numa primeira instância a

política externa dos governos de cada país reflete na política internacional os mesmos interesses de classe no qual se apoia internamente. O governo Pinochet, por exemplo, está tão vinculado aos interesses do capital monopolista internacional que em nome do reforço das relações econômicas com os EUA abandonou o Pacto Andino em 1977.

Mas há alguns fatores objetivos, de ordem econômica, a empurrar os governos burgueses dos países sul-americanos rumo a uma maior autonomia frente aos EUA. O primeiro deles é o avançado grau de industrialização alcançado pelo Brasil, pelo México e pela Venezuela nos últimos anos que embora se dê nos marcos de um capitalismo associado e dependente, torna estes países menos vulneráveis a uma dependência econômica direta dos EUA. O caso do Brasil é ilustrativo neste sentido: suas exportações, hoje majoritariamente compostas de produtos industrializados, se dirigem preferencialmente aos países do chamado terceiro mundo, sendo que o valor das suas exportações para a América Latina é superior à enviada para os EUA.

Um outro fator se relaciona com a concorrência inter-imperialista. A maior penetração do capitalismo europeu e japonês no continente debilita a dependência bilateral com os EUA e dificulta a articulação dos interesses imperialistas, nem sempre convergentes. As exportações brasileiras para o mercado Comum Europeu, por exemplo, é hoje superior àquela dirigida aos EUA; menos de 40% dos investimentos estrangeiros realizados no Brasil são de capital americano. Ainda mais: as importações latino-americanas originárias dos EUA diminuíram de 41% em 1970 para 33% em 1980.

Mas a expressão maior da crescente autonomia dos países latino-americanos no campo das relações econômicas é a presença da URSS que embora qualitativamente diferente da do imperialismo, não pode ser menosprezada. O relacionamento da URSS se dirige basicamente para os dois maiores países do continente, Argentina e Brasil. É para a URSS que se dirigem 52% das exportações de cereais argentinos e o significado dos negócios entre Brasil e URSS levou a que, em julho de 1981, o próprio ministro Delfim Neto chefiasse uma delegação de empresários em uma visita a Moscou (J.G.)

Malvinas

A guerra dos paradoxos

Em que consiste este poder fantástico que, utilizando essas pequenas ilhas perdidas no oceano, se descarrega sobre os principais centros do poder mundial.

Por Daniel Monteagudo

As Malvinas, ilhas pequenas, áridas, perdidas no oceano e esquecidas pelo mundo, tocou a sorte de serem uma espécie de formidável porrete, com o qual uma mão invisível e poderosa acomete contra os pilares da ordem internacional, uma vertiginosa sucessão de feitos que deixou perplexos os protagonistas do conflito e paralisados os principais dirigentes políticos do mundo.

Certamente não serão os "kelpers", 1800 súditos britânicos de 3ª classe, explorados pela Falkland Company e logo reféns dos militares argentinos, os que se beneficiaram com o imprevisível destino do arquipélago. Eles eram a última demonstração, se é que faltava alguma, de que o capitalismo é universal e não permite ao homem de hoje buscar um lugar isolado para viver à margem dos conflitos que dilaceram o planeta.

Mas nem mesmo em sua involuntária e inesperada posição de vítimas são agora originais os malvinenses. Existe uma lista de vítimas da guerra que não são, claro, os pobres soldados que morrem nas águas geladas do Atlântico Sul que nos quatro pontos cardeais sofrem os golpes daquela

colossal mão invisível sem compreender o que ocorre.

O primeiro desta lista é sem dúvida o Sr. Galtieri. Sua inteligência, facilmente mensurável ao escutá-lo falar ou ao verificar seus planos políticos, permanentemente úmidos de álcool. Com certeza o ditador por encomenda não pôde acreditar no que via quando sua mão assinou uma carta qualificando de imbecil o presidente Reagan e outra com calorosos agradecimentos para Fidel Castro.

Margareth Thatcher descobriu que não são necessários os russos para destruir a frota real, que para isto bastam os comandantes argentinos, aqueles que educara em suas academias, armara em seus arsenais e pagara do seu bolso. E Reagan pode prescindir agora do castrismo, objetivo principal de seu plano contrarrevolucionário, para destruir o sistema interamericano e mostrar, diante dos povos do sul, o rosto repugnante do imperialismo.

Já viram as burguesias latinoamericanas nas reuniões do TIAR? Reproduzindo uma tradicional conduta machista, mais falam quando menos podem. E podem apenas falar, ainda que quizessem fazer muito mais, porque

compreendem que os canhões de uma frota anglo-americana apontam diretamente para as suas cabeças. Dezesete votos "a favor" da Argentina não podem ocultar a triste realidade: condenaram o "ataque" inglês e não "a agressão", porque o conceito de agressão é o único que permite por em funcionamento o TIAR.

Uma igreja latino-americana

Mas o porrete colossal não se deteve ali. Em um golpe mais insólito ainda atacou a pedra sobre a qual Jesus edificou a sua Igreja. E assistimos a uma cena surrealista que nem Bunuel poderia ter imaginado: os militares, os políticos e a imprensa argentinas qualificando de traidor ao papa por sua viagem à Inglaterra e colocando na roda a proposta de romper com o Vaticano e formar uma igreja latino-americana. (Ninguém entrou nos detalhes, mas... já imaginaram, com este clima, quem seria o papa?)

Como se vê, a guerra das Malvinas é rica em paradoxos. Paradoxo é, entre outras coisas, "uma asserção inverossímil ou absurda com

aparência de verdadeira". E tratando-se de algo absurdo com aparência de verdadeiro, a social-democracia não poderia deixar de estar presente. Se o papa pode apoiar um país anglicano contra outro católico, não há por que nos surpreendermos com o fato de que o "socialista" Mitterrand sustente a um governo ultra-conservador que lança o seu poderio militar contra uma nação do terceiro mundo.

Para o mal estar dos dirigentes da II Internacional reunidos em Helsink — e de certos intelectuais da moda que se esforçam entre nós para requestrar o prato frio e inosso da social-democracia o porrete fatal se voltou contra eles e conseguiu parti-los em vários pedaços.

Em que consiste este poder fantástico que se descarrega demolidor sobre os principais centros do poder mundial?

É difícil ser original para dar nome a esta mão invisível; chama-se com duas palavras que de tão vulgares e repetidas parecem vazias e incompreensíveis, mas que temos que escutar com muita atenção porque ali está, ameaçando, para defender-se, a lançar até ataques ao continente americano: **crise capitalista**.

S. Bernardo faz o balanço

A Greve que assustou os patrões

Por Elvira Oliveira

— Qual a avaliação que vocês fazem do último movimento grevista?

Vicente — Depois de toda a euforia, só podemos pensar que não deixa de ser uma vitória para os trabalhadores, num momento muito importante. Muita gente, até mesmo no movimento operário, falava que estávamos em refluxo, que todo o movimento sindical passava por uma baixa. E o exemplo maior era sempre o de São Bernardo. Diziam: "vocês não viram as últimas assembleias da Vila Euclides?"; que eram as assembleias da campanha salarial. Mas nós não pensávamos assim, pois já havíamos feito dezenas de assembleias por bairros e principalmente assembleias nas portas das fábricas. O que sentíamos é que o trabalhador estava perdendo o medo do desemprego. A análise que toda a diretoria do sindicato faz é que essa greve foi curta, mas eficaz e com formas de luta totalmente diferentes das anteriores.

— Como a categoria está sentindo os resultados?

Vicente — Com muita alegria. É a primeira vez que todos voltam para as fábricas com a sensação de que ganharam mesmo. Mais seguros de si. Os acordos estão sendo estendidos a algumas fábricas pequenas da região. Estamos negociando com muitas delas e precisamos conseguir mais. Os trabalhadores das outras cidades, que estiveram com a gente na campanha salarial estão conseguindo o mesmo índice que nós e a gente fica muito feliz quando recebe telegramas assim: "companheiros de S.B.C., muito obrigado".

Patrão nunca racha

— E o racha entre os patrões?

Vicente — Nós não acreditamos nisso. Eles nunca vão rachar. Se é para lucrar mais, tirar mais proveito da classe operária, eles podem até discordar, mas na hora do vamos ver, estão mais juntos do que nunca. Mas, mesmo assim, foi importante esse racha momentâneo, que só conseguimos com muita luta e organização. Todos os passos do movimento foram muito significativos, pois mesmo que não queiramos ser baluartes do movimento operário, todos esperam muito de nós.

— Fale um pouco sobre as novas formas de organização, a que você se referiu antes.

Vicente — Bom, em 1978 tivemos as greves nas fábricas, parando os setores e ficando no pé das máquinas. Esse é o tipo de greve muito vulnerável à pressão dos chefes de setor e dos patrões. Em 1979, ainda com a euforia de 78, paramos 15 dias, numa greve fora das fábricas. Muitos voltaram "putos", outros não. Não deu pra sentir a eficácia dessa forma de greve.

Em 1980 começamos com muita força e foram 41 dias de greve. Com muita luta e muita repressão. Nessa greve adquirimos consciência política, o que não havia ainda nessa categoria tão combativa. Em 1981 não fizemos greve e foi quando houve mais demissões, estávamos sob intervenção. Em 1982, desde janeiro, vinhamos multiplicando as assembleias nos bairros e nas portas das fábricas. Nossa responsabilidade era muito grande. Estávamos substituindo a diretoria antiga, com todo o seu carisma. Fomos humildes: "Não vamos resolver os problemas dos companheiros. Os trabalhadores juntos é que vão resolver suas questões". E os companheiros compreenderam muito bem.

De forma nova, organizada, pensada, o ABC paulista parou e conseguiu uma significativa vitória, que está se estendendo para diversas regiões de São Paulo. Para uma análise mais detalhada desta vitória **EM TEMPO** foi entrevistar Vicente da Mercedes, vice-presidente do sindicato.



Metalúrgicos de São Bernardo comemoram a vitória

O dia em que o patrão obedeceu

"Quando entramos na Mercedes e fomos percorrer as sessões, na terça-feira, início da greve, a segurança da fábrica nos seguia por toda a parte, com máquinas fotográficas, registrando todos os nossos passos e com aparelhos de transmissão, falando tudo que fazíamos. Isso revoltou muito os companheiros. Na quarta-feira fizemos assembleia no pátio, com a fábrica toda parada e os chefes só espiando de longe. Nesse dia é que demos um prazo, até quinta-feira, as 14,00 horas para os patrões negociarem um acordo satisfatório. E o pessoal já estava em ponto de bala, falando até em botar fogo em tudo.

Na quinta-feira armamos um palanque para assembleia da Mercedes e Ford juntas, pois ficamos uma ao lado da outra. Foi uma beleza. Era aquele mar de gente, numa animação de fazer gosto. Deu 14,00 horas e nada. Decidimos dar mais uma hora de espera e subir para conversar. Queríamos um sala para nos reunirmos. Lá de cima a gente escutava os companheiros embaixo gritando: "faltam 20 minutos, faltam 15...". As 15,00 h, como a gente se atrasou um pouco, o pessoal queria invadir,

pensando que nós estávamos presos lá dentro. Quando descemos, contamos que não nos deram atenção. Mas sabemos que foi graças a essa pressão e a ameaça dos peões de invadir as fábricas, quebrar tudo e botar fogo, que os juizes deram um prazo de 24,00 horas para as negociações.

No dia seguinte, a Mercedes não mandou os ônibus para buscar os trabalhadores. Decidimos entrar na marra na fábrica. Logo pela manhã, já eram três mil peões lá dentro. A empresa foi obrigada a buscar os companheiros do restaurante, começar a funcionar, buscar os médicos etc. Fizemos uma bonita passeata no interior da fábrica.

É um fato muito engraçado e significativo: um companheiro subiu, chegou na mesa de um diretor e pediu para ele descer pra conversar. O diretor alemão muito surpreso, pois nunca entrou nenhum peão de macacão ali, respondeu num sotaque arrevezado: "eu não vou descer, eu ser diretor aqui". Ai entraram mais vinte companheiros atrás e o diretor alemão, respondeu apressadamente contrariado: "eu vai descer. Eu quer ver terrorista"...

As conquistas no Interior

Se alastrando como fogo

O acordo conseguido com a greve vitoriosa de S.B.C. junto às montadoras, vai aos poucos se estendendo às pequenas empresas: a Toyota e a Karman-Ghia, que não tiveram sua produção paralisada já concederam as vantagens aos operários. Algumas fábricas de autopeças também estão sendo pressionadas nesse sentido. Já foram beneficiados os operários da Motores Perkins, da Kubota Tekkos e da Brasinca.

A General Motors do Brasil concedeu os 5,5% de produtividade aos trabalhadores de suas unidades em São Caetano do Sul em São José dos Campos. Além disso, outras quinze empresas de autopeças de São Caetano

e mais nove de Santo André, não tiveram saída. Concederam o índice, com medo de que o movimento grevista se alastrasse.

No caso da greve dos metalúrgicos de Ribeirão Preto e Vale do Ribeira, que tiveram seu movimento considerado ilegal, pelo TRT, as conquistas também vão chegando. Em Ribeirão algumas empresas se apressaram em pagar o índice conquistado por S.B.C., mesmo com o desfecho da greve. Já no Vale do Ribeira, a Eriesson concedeu o reajuste de 5,5% e a Embraer, depois de conceder estabilidade no emprego por um ano, comprometeu-se a pagar a mesma produtividade a seus 6 mil empregados.

Operação resgate

Então, paramos, e de uma forma completamente diferente. Nós parávamos as grandes montadoras e nos concentrávamos em frente ao setor das relações industriais, que é onde ficam as salas das diretorias. Isto significa que nós parávamos e íamos para os pátios, para as assembleias. Lá ficávamos a salvo das pressões das chefias e da repressão da polícia, pois esta não ia invadir a fábrica, onde havia 3,5, 10 mil trabalhadores reunidos.

A diretoria do sindicato entrou com o carro de som dentro das empresas, forçamos a entrada. Quando os portões eram fechados, os peões ameaçavam: "ou abre ou nós vamos derrubar". Dava uma sensação de que estávamos mandando ali. Em alguns casos tivemos que por em prática, o que chamamos de "operação pente-fino ou operação resgate", para tirar de dentro das fábricas as chefias ou os diretores.

— E sobre os mensalistas?

Vicente — Essa greve mostrou que a divisão entre horistas e mensalistas é uma divisão dos patrões e que só interessa a eles. Houve uma adesão muito grande dos mensalistas ao movimento. Em muitas fábricas que chegávamos os mensalistas saíam fora com os peões. Em outros mandavam bilhetes: "somos mensalistas, não saímos porque a chefia não deixa".

Trabalhador não é burro

— Não sei se você viu o último número da revista *Senhor*. Lá tem um artigo sobre a greve de S.B.C. e sobre os empresários envolvidos. No artigo se afirma que a diretoria assinou o acordo de 5,5% antes de discutir com a categoria, pois temia perder o controle do movimento...

Vicente — Isso é uma loucura. Se assinássemos antes, aí é que a categoria poderia se revoltar, aí é que poderíamos perder o "contrôle". E tem um detalhe: quando o acordo foi assinado, ninguém estava mais negociando, já estávamos em julgamento. O Jair passou a noite toda no Tribunal. Mesmo assim, é preciso ficar claro que aqui a diretoria vive em sintonia com a categoria, sabe o que está acontecendo nas bases. O Jair lá do Tribunal ficou o tempo todo em contato conosco para saber o que estava acontecendo por aqui. E o trabalhador de S.B.C. não é burro, não faz greve por greve. Não vivemos pelo grevismo. Queremos vitória.

Vitória da organização

— Qual o saldo organizativo do movimento?

Vicente — Esta greve fez surgir e fortaleceu várias comissões e embriões de comissões de fábrica. Além da comissão da Ford e da Filtrosnasa, que não têm diretores do sindicato, foi criada a comissão da Fabrini, que não é reconhecida legalmente, mas os patrões a reconhecem de fato. Negociam com a comissão e não se atrevem a mandar ninguém embora. É a comissão mais bonita de todas. Além dessas, estão surgindo outras em várias empresas, mas ainda é cedo pra falar delas. Sem dúvida é uma quebra na estrutura sindical.

— Sobre a divisão no Sindicato, proposta pela Fiesp...

Vicente — Essa é uma proposta velha e que nós não queremos nem discutir. O que nós queremos é a união, o fim do corporativismo, queremos uma CUT que desconheça as Federações, Confederações e a estrutura atual dos sindicatos.



Os desafios para a próxima CONCLAT

A unificação das lutas através das campanhas salariais e a realização de congressos regionais preparados na base para eleger as inter-sindicais continuam a ser os grandes desafios da próxima CONCLAT.

Por Luci Ayala

A CONCLAT representou um marco no movimento sindical brasileiro não apenas pelo grande número de sindicatos ou delegados presentes mas, principalmente, pela plataforma de lutas que unificou reivindicações dos mais diversos setores e categorias de trabalhadores brasileiros. Mais do que isso, a CONCLAT apontou a perspectiva de uma greve geral, como forma dos trabalhadores, unidos em suas lutas, enfrentarem decisivamente a ditadura dos patrões.

No entanto, apesar de aprovado um plano de lutas e um calendário de mobilizações, a CONCLAT não chegou a definir uma tática para tornar realidade este plano de lutas. As consequências se fizeram sentir mais tarde, diante da incapacidade, e até mesmo o boicote da Pró-CUT, controlada por pelegos e reformistas, em concretizar esses encaminhamentos.

A realização de uma IIª CONCLAT é hoje a possibilidade do movimento sindical retomar a proposta e os encaminhamentos necessários para a unificação das lutas. Se em 81 o movimento sindical viveu um refluxo, mesmo esse período foi marcado por greves em diversas fábricas. Greves

diante da iminência de perder o emprego ou do atraso de pagamentos que, atomizadas por fábricas ou categorias isoladas, já envolveram cerca de 200 mil grevistas desde o início do ano.

Unificação das campanhas

Com as greves vitoriosas de S. Bernardo do Campo e de Niterói, esta última onde um terço da categoria está desempregada, ficou evidente que apesar da crise econômica e da opressão acentuada, os trabalhadores mantêm sua combatividade mostrando que o que faltam são propostas capazes de dar direção e organização a disposição de luta das categorias.

É justamente nesses marcos e com o objetivo principal de discutir uma proposta de luta que concretize a pauta de reivindicações já aprovada na Iª CONCLAT, que deve se realizar a IIª Conferência.

Não tem sentido hoje realizar uma IIª CONCLAT para repetir as mesmas reivindicações ou ainda repetir simplesmente que a CUT deve ser construída na experiência de lutas unificadas e calcada nas organizações de base democraticamente construídas. O que é preciso é

apontar o caminho para que esse objetivos sejam atingidos.

A unificação da luta dos trabalhadores deve ser buscada ali onde as diferentes categorias estão mais mobilizadas e dispostas à luta, durante suas campanhas salariais. Nesse sentido, a CONCLAT deve tirar uma clara orientação no sentido da unificação das campanhas salariais de categorias com datas bases próximas, através da realização de assembleias unificadas, comissões de mobilização e negociação conjuntas. A unificação deve ser buscada também ao nível da pauta de reivindicações apresentada aos patrões, tendo como eixos políticos as próprias bandeiras de lutas aprovadas na CONCLAT, traduzidas em reivindicações concretas: a definição de um índice de aumento comum e a reivindicação de um piso salarial que traduza a proposta de salário mínimo real unificado; a luta contra o desemprego traduzida pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, e a reivindicação de estabilidade por um ano até novo contrato coletivo de trabalho; propostas que contrabalancem os efeitos nefastos do Pacote da Previdência,

responsabilizando as empresas pelo pagamento da crise por elas mesmas gerada.

Crítérios mínimos

Devem ser marcados prazos para que os sindicatos realizem Congressos em suas categorias com base em delegados eleitos por local de trabalho. Mais do que uma orientação isso deve ser uma decisão da próxima CONCLAT, como única garantia para que os debates sobre a CUT cheguem às bases, sem o que não se reconhecera a representatividade dos sindicatos para participarem de uma Conferência Nacional.

A organização por local de trabalho deveria ser estimulada pelos sindicatos e o seu reconhecimento constaria da pauta de reivindicações. As inter-sindicais estaduais devem ser eleitas em congressos estaduais e precedidas de encontros por região, de forma a serem representativas, de fato, do movimento sindical em cada estado.

Estes seriam os critérios mínimos que garantiriam uma CUT pela base, representativa e nascida da luta dos trabalhadores.

Encontro de militantes sindicais do PT

São Paulo

O encontro estadual de militantes do PT de S. Paulo contou com a inscrição de cerca de cem dirigentes sindicais e a participação de 60 delegados de base eleitos em plenárias de militantes.

Considerado como de vital importância para organizar a atividade do Partido no interior do movimento sindical, principalmente no momento em que a realização da Conclat encontra-se ameaçada, sem que os setores combativos do movimento consigam uma intervenção unitária, o encontro de militantes petistas deixou muito a desejar. Participaram 23 categorias, sendo que as melhores representadas foram as de bancários, professores, funcionários públicos, metroviários, jornalistas. Os metalúrgicos foram representados apenas por companheiros eleitos em plenárias, com a ausência por todos sentida, dos companheiros de S. Bernardo do Campo e dos nomes expressivos do sindicalismo brasileiro e petista como Lula, Jacó Bittar, Paulo Skromov e vários outros dirigentes sindicais.

Realizado no dia 22 de maio, o encontro desenvolveu-se através de debates de grupos e de uma plenária final, com o destaque sobre a discussão do adiamento da Conclat. Neste ponto, reúne um posicionamento unânime do encontro pela sua realização na data prevista.

O documento básico de discussão — "Subsídios para a definição de uma linha sindical do PT" — foi referendado por todos os grupos, que adiantaram apenas

alguma sugestões que precisam seu texto, a serem elaboradas pela Secretaria Sindical.

Na plenária final, a discussão que ocupou a maior parte do tempo foi quanto às condições para a fundação ou não da CUT nesta Conclat e, ao final, a proposta aprovada por maioria foi de que o PT não deveria tirar posição a respeito, mas jogar todo o seu peso na realização dos Enclats e, só depois de sua realização, avaliar se existem ou não condições para a fundação da CUT nesta Conclat. Uma resolução ambígua, que não arma os militantes do partido com propostas concretas no trabalho de convocação e preparação dos encontros estaduais, dificultando sua intervenção unitária.

Quando à organização interna dos sindicalistas do PT, o máximo que se chegou a definir foi a necessidade dos núcleos por categoria e que estes devem ter um espaço de representação no interior do PT, o que implicaria em mudanças em seu regimento interno. No entanto, esta discussão sequer chegou a se realizar em plenária, sendo o último ponto de pauta, já com os delegados preocupados em recolherem crachás que lhes permitissem participar do encontro nacional. Assim, uma das discussões mais desenvolvidas nos grupos não chegou a transformar-se em uma resolução que homogeneizasse as diferentes propostas surgidas, deixando por mais algum tempo sem uma orientação clara a organização dos militantes sindicais. (J.A.)

Porto Alegre

Em Porto Alegre realizou-se no dia 30 de maio, o encontro de sindicalistas do PT da Região Metropolitana, preparatório para o Estadual. O encontro teve cerca de 80 pessoas e representação expressiva de bancários, metalúrgicos, construção civil, professores, funcionários públicos, arquitetos. Além dos debates sobre a pauta geral, em grupos mistos, foram realizadas reuniões por categoria para a troca de experiência.

O centro da discussão foram as formas de organização por categoria, a linha sindical do partido e a preparação dos Enclats e Conclat. Como conclusão, definiu-se a necessidade do PT apresentar-se como um pólo de articulação para os setores combati-

vos dos trabalhadores, principalmente tendo-se em vista a precariedade da atual ANAMPOS.

Quando à organização dos militantes, além do reforço dos núcleos por categoria, definiu-se como indispensável a reunião dos petistas antes dos eventos sindicais significativos e, imediatamente, antes dos Enclats e Conclat, para garantir a intervenção unitária.

Por fim, foi salientada a importância do engajamento na preparação dos Enclats e na Conclat, garantindo sua ampla discussão na base. Quanto a fundação da CUT este ano o Encontro não tomou posição, deixando-a para depois da realização dos Enclats, quando então será possível uma melhor avaliação. (Alvaro Merlo).



Adiado o ENCLAT-SP

Capitaneados por Amaldo Gonçalves, dos metalúrgicos de Santos, sindicatos inexpressivos e pelegos adiam a ENCLAT em S. Paulo.

A decisão da Comissão Pró-CUT em propor às intersindicais o debate sobre o adiamento da CONCLAT já começa a surtir seus resultados. Em S. Paulo a Comissão Sindical Única — CSU — a mesma Unidade Sindical reformada tomou a iniciativa de adiar o Encontro Estadual de junho para os dias 31 de julho/1º de agosto, alegando que nada tinha sido feito para a sua preparação. Isso significa que no dia 5 de julho, quando a Pró-CUT se reunir em Brasília para decidir sobre os rumos da CONCLAT, a situação do movimento sindical em S. Paulo — sem dúvida o mais avançado do país — será um argumento forte para o adiamento da Conferência.

Tal decisão foi tomada em reunião com a participação de cerca de 30 sindicatos tais como sindicatos dos joalheiros, dos trabalhadores em asseio e conservação, porteiros de prédios, operadores cinematográficos, bem como da FEPASP — Federação Paulista de Servidores Públicos — Químicos, etc, todos eles chefiados por sindicalistas como Amaldo Gonçalves dos metalúrgicos de Santos, expressando a aliança entre pelegos e reformistas que infestam o movimento sindical.

Contra tal decisão apenas quatro votos: Engenheiros, Bancários de S. Paulo, Metalúrgicos de S. Bernardo e APEOESP — Associação dos Professores do Ensino Oficial. Registre-se também a grande ausência dos sindicatos combativos e petistas. (L.A.)

A proposta de São Bernardo

Enquanto proliferam as manobras de pelegos e reformistas para adiar a CONCLAT começa a se articular a manifestação das entidades combativas na defesa da realização da Conferência. Uma carta aberta de 17 sindicalistas da região de Campinas, dirigida aos ativistas sindicais, sindicatos combativos e à comissão pró-CUT exige a manutenção da data da CONCLAT e conclama a todos os sindicatos a fazerem o mesmo. Em S. Bernardo, a diretoria do Sindicato dos metalúrgicos já posicionou-se contrária ao adiamento e está organizando na base o ENCLAT regional. Abaixo, o depoimento de Vicente, vice-presidente do sindicato.

Como está a preparação para a CONCLAT aqui em S.B.C.?

Vicente - Dia 12 e 13 de junho vamos realizar o ENCLAT da região, em Santo André. E não tem critério de participação, não tem fechamento. O critério é ser trabalhador e ser da base. É aberto para todas as categorias. Já estamos há mais de um mês fazendo reuniões de sindicalistas, ativistas sindicais e diretorias preparatórias. Faremos um boletim único e ficha de inscrição única. Nossa expectativa é que haverá boa participação e o temário será igual ao da CONCLAT.

O que vocês estão achando da proposta de adiamento da CONCLAT?

Vicente - Não queremos nem discutir isso. Achamos que temos que respeitar a decisão, errada ou não, dos cinco mil trabalhadores que na CONCLAT do ano passado decidiram a próxima data. E quem vai modificar essa decisão agora? Uma comissão pró-CUT que ninguém conhece, que a maioria dos trabalhadores não sabe nem o que é?



— E sobre a criação da CUT?

Vicente - Quanto à criação da CUT esse ano, já não sabemos. Queremos uma CUT de qualidade, representativa, reconhecida pelos trabalhadores. Hoje achamos que isso é muito difícil. Pela situação mais geral do movimento, pela atuação ruim da comissão pró-CUT. A maioria dos trabalhadores nem ficou sabendo o que a CONCLAT decidiu, se é que ficou sabendo que ela aconteceu. A plataforma de lutas não foi levada em consideração. A comissão pró-CUT não interveio, não ajudou em nenhum momento o movimento a crescer, a dar um salto de qualidade. Aqui em São

Bernardo, nas últimas greves, nem chegou a aparecer.

Achamos que se essa situação não mudar, não temos condições de tirar a CUT. E já estamos a dois meses da CONCLAT. Vamos ver se isso muda significativamente até lá.

Por que a comissão pró-CUT não funcionou?

Vicente - Acho que pelas posições da maioria lá dentro. Ela ficou o tempo todo preocupada em ouvir a CNTI, as Federações etc. Precisamos reformulá-la na próxima CONCLAT. Essa comissão pró-CUT que está aí, não é pró-CUT, é pró-cúpula.

Mas, para essa comissão mudar de caráter, os trabalhadores precisam estar mais bem informados sobre sua importância, seu papel. Por isso é que estamos multiplicando os boletins e as assembléias em bairros e portas de fábrica para discutir a CONCLAT e a CUT com os trabalhadores. É um trabalho longo, nós estamos apenas começando.

ANAMPOS - GOIÁS

A próxima CONCLAT deve definir as linhas de constituição de um vigoroso movimento, a nível nacional, para a Construção da Central Única dos Trabalhadores. Deve também compor uma nova comissão nacional pró-CUT, já que a atual não funcionou. A construção de uma central pela base passa, necessariamente, pela constituição de pró-CUTs estaduais fortes, capazes de articular o movimento nos estados. Esta é a posição definida no encontro da ANAMPOS-Goiás, em seu último encontro, realizado nos dias 15 e 16 de maio que, segundo depoi-

mento de Augusto Cesar de Franco, membro da secretaria estadual da articulação, também teve um posicionamento firme contra o adiamento da Conferência.

A defesa da realização da CONCLAT em agosto tem encontrado apoio junto aos sindicalistas de Goiás, com excessão dos pelegos articulados em torno à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás — FETAG — que além de defenderem o adiamento da Conferência, são contrários à construção da pró-CUT regional.

Metalúrgicos de Sto. André/SP Reconstruindo o sindicato

Por Elvira Oliveira

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, importante na unidade das lutas do ABC paulista, passou nos últimos dois anos, talvez, pela maior crise de sua história.

Quando da greve metalúrgica de 1980, o sindicato sofre intervenção pelo Ministério do Trabalho — em 17 de abril de 1980 — e se inicia o calvário para os trabalhadores da região.

De sindicato combativo, à frente das lutas da categoria, Santo André se transformou na "sombra do passado".

No final de 1981, o sindicato passou ainda por um processo eleitoral dos mais conturbados: quatro chapas se apresentaram para as eleições: três de oposição e uma dos representantes da Junta governativa. A esse fato, que por si só já trouxe muita confusão para a categoria, juntaram-se as condições dadas pelos interventores para as eleições: para uma base de 60 mil metalúrgicos, divididos por 720 indústrias e espalhados por Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, foram postas à disposição dos votantes apenas oito urnas, abertas das 15 às 21 horas. Para que o quórum necessário fosse atingido, teria que passar pelas urnas um trabalhador a cada 14 segundos.

Não se atingindo o quórum, novas eleições se realizaram esse ano, concorrendo apenas duas chapas: chapa 1, de oposição, antiga chapa 3 e chapa 2, representando os interventores (ver ET n.º 149).

Largamente vitoriosa, a chapa 1 tomou posse no dia quatro de maio, num clima de euforia e expectativa. Miguel Rupp, presidente eleito, fala um pouco dessa "barra" e do que pretendem fazer para transformar novamente o Sindicato na "casa do trabalhador".

— Como essa crise do Sindicato refletiu sobre a categoria?

Rupp - Nós passamos por uma intervenção federal que durou dois anos. Durante esse tempo se verificou um profundo isolamento entre a base e o sindicato. Ele ficou entregue à direção de pessoas estranhas ao movimento, que margi-



nalizavam os trabalhadores. Concretamente, de uma base de 60 mil metalúrgicos e 18 mil sindicalizados, passamos para 10 mil sócios do sindicato.

— Fale um pouco sobre as intervenções e a atuação das juntas governativas.

Rupp - O sindicato sofreu intervenção depois da greve de 1979 e foi nomeado como interventor o Guaracy de Souza Sampaio, do TRT. Em Fevereiro de 81 tomou posse a junta governativa, encabeçada por Antonio Morales, funcionário da Pirelli, que apoiado por membros do PDS da região, queria se manter a qualquer custo no sindicato. Foi ele quem conduziu o primeiro processo eleitoral, que só saiu depois que os trabalhadores impetraram mandato de segurança. A votação foi um verdadeiro caos. Mas a culpa maior de tudo isso é da lei eleitoral, que permite todos esses absurdos. Em três escrutínios não se alcançou o quórum necessário. E foi um processo eleitoral dos mais corruptos. Há notas de almoços de até 190 mil cruzeiros e o gasto total do processo foi de 10 milhões. Depois veio o Carlos Cabeça, com nova intervenção e em dezembro de 81, ele abandonou o Sindicato, já em iminência de cassação da sua Cartá Sindical, incorporação do

Sind. de São Caetano e com auditoria do ministério do trabalho sobre a situação financeira já marcada. O Guaracy, que fora o primeiro interventor, reassumiu.

Plano para a reconstrução

— E o último processo eleitoral?

Rupp - O Guaracy tentou inicialmente a unificação das 4 chapas anteriores. Mas isso não era possível. Com a chapa dos interventores não fariamos acordo e com as chapas de oposição, as relações já estavam muito pesadas, muito desgastadas, por causa da queimação muito grande.



Nós abrimos seis vagas na suplência para as outras chapas de oposição, mas elas não aceitaram. Ficamos só nós, agora chapa 1 e a chapa dos interventores, chapa 2. A nossa chapa já tinha, desde o princípio, consenso nas fábricas, o apoio da antiga diretoria cassada e os nomes foram escolhidos entre as lideranças mais expressivas. É a isso que atribuímos a nossa vitória e ao apoio de companheiros como Lula, Marcílio e outros.

— Quais são os planos para a reconstrução do Sindicato?

Rupp - Nós recebemos o Sindicato com 25 milhões de dívidas na Caixa Econômica e 8 milhões na Previdência

LULA

Como encaminhar as lutas: este deve ser o eixo da CONCLAT



"Discutir se hoje é ou não o momento de se criar uma CUT é muito simples: eu acho que o momento para se fazer as coisas a gente cria, não espera que ninguém crie pela gente. E acho que o movimento sindical não criou este momento."

Nesta CONCLAT o que deveríamos fazer é reformular a comissão pró-CUT, tirar as pessoas que não trabalharam, ver as pessoas que querem efetivamente levar um trabalho até que você tenha, a nível nacional, um mínimo de sustentação de base para que você possa tirar uma CUT, para que ela saia como resultado da luta dos trabalhadores e não como resultado dos conchavos dos dirigentes sindicais.

As intersindicais têm que ser criadas em congressos, mas a partir de Seminários e Conferências por categoria. A partir desses Seminários por categoria você convocaria por região e, aí então por estado, quando então você teria uma Comissão estadual representativa, com base na discussão dos trabalhadores na base.

Quanto à realização da CONCLAT agora, eu tenho uma preocupação, não pelo aspecto político de quem vai participar, de estarmos em um ano político, não por isso. Minha preocupação é porque não conseguimos por em prática quase nada do que foi definido na 1.ª CONCLAT, não conseguimos mobilizar quase nenhuma categoria em torno das reivindicações aprovadas. Então, acho que não tem sentido realizar uma II CONCLAT somente para referendar reivindicações já aprovadas.

O único sentido de realizar uma II CONCLAT seria se discutíssemos, pura e simplesmente, em torno de um encaminhamento eficaz para levar a frente as reivindicações aprovadas, uma forma de conquistar aquelas reivindicações.

Devemos considerar que nessa CONCLAT precisamos reformular a Comissão pró-CUT, mas não vamos fazer uma pró-CUT representativa se ela for constituída com base nas organizações e partidos que devem se fazer representar e não com base na representatividade dos sindicalistas".



Oposição dos químicos de São Paulo Muitas barreiras a romper

Uma oposição sindical se formou em São Paulo. Uma oposição que luta contra mais uma diretoria pelega, a dos químicos e farmacêuticos de São Paulo, Embu, Embu-Guaçu, Taboão da Serra e Itapeverica da Serra. Reúne esta categoria, cerca de sessenta e cinco mil operários, dispersos em quase mil e quinhentas indústrias. Nas maiores, com cerca de quatro mil trabalhadores, há uma rígida divisão de trabalho e uma produção extremamente sofisticada. As menores, contando até cinco peões, não são nada mais do que um galpão.

A internacionalização das empresas

Hoje, as maiores indústrias do setor químico e farmacêutico estão completamente internacionalizadas, não só ao nível do capital, mas da própria produção. As indústrias farmacêuticas são simples montadoras de produtos elaborados nas matrizes europeias ou americanas. Grandes empresas, com mais de quinhentos operários, somam um total de 35 fábricas, destacando-se a Nitroquímica (uma exceção, pois é de capital nacional) e a Bayer (multinacional, como as restantes).

Estas, comprometidas com as matrizes, curiosamente apresentam em seus balanços contábeis uma margem negativa ou zero de lucros. Utilizando-se do superfaturamento no comércio com suas matrizes, estas empresas, na maioria investindo nas três principais áreas do setor — indústrias químicas, farmacêuticas e de defensivos agrícolas — a cada ano promovem uma sistemática remessa de lucros para o exterior. A Sandoz, uma das maiores do setor por exemplo, nos últimos dez anos praticamente não pagou imposto de renda. No segundo escalão encontram-se cem

Multinacionais que mentem sobre seus lucros. Uma diretoria sindical que não luta. Poucos trabalhadores sindicalizados. Estas as dificuldades de uma oposição na campanha eleitoral.



Mãos erguidas: a caminho da vitória no lançamento da chapa de oposição

empresas, em boa parte internacionalizadas, sobrando quase mil e quatrocentas empresas com cerca de cinquenta por cento da categoria. À medida que decresce o número de operários, menor é o grau de sofisticação dos produtos e maior a insalubridade.

A categoria e os sindicalizados

Apesar do grau de sofisticação e da periculosidade dos elementos que entram na produção, os quase setenta mil operários têm uma média salarial que não ultrapassa os três salários mínimos, concentrando-se a maior faixa abaixo daquela média. Poucos são os que

ganham mais de cinco salários, apenas dez por cento.

Essa situação, vista do ângulo das mulheres, torna-se mais terrível. Totalizando um terço da categoria e empregadas no ponto final da linha de produção, no empacotamento dos produtos, são elas as que pagam imediatamente o preço da crise econômica: as primeiras demissões ocorrem em seu meio, além de receberem os mais baixos salários na categoria — apenas um pouco acima do piso salarial, que é de vinte e nove mil cruzeiros. No setor dos fertilizantes há uma redução de quase um terço do pessoal, em sua maioria mulheres.

Os sindicalizados estão, de igual forma que as empresas, pulverizados em toda base territorial, dificultando enormemente qualquer campanha eleitoral. Perfazem um total de oito mil e quinhentos trabalhadores, treze por cento da categoria.

Problemas da categoria e o sindicato

Um setor que lida com produtos altamente perigosos, não poderia deixar de apresentar problemas de insalubridade, aos quais todos os trabalhadores estão sujeitos. As maiores empresas que, apesar de uma maior proteção, têm em sua linha de produção os produtos mais perigosos para a saúde, até as menores que não têm praticamente nenhuma preocupação com o problema. E as perícias quase nunca conseguem provar essas condições insalubres, pois quando são realizadas a produção pára e os patrões mandam limpar a área.

Somam-se os baixos salários das mulheres e a enorme rotatividade dessa mão-de-obra, além da necessidade de unificar as datas-base de dissídio entre farmacêuticos e químicos. Os primeiros têm sua data em novembro. Os segundos em dezembro.

Em 79, com as greves espontâneas, a categoria tentou enfrentar estes problemas. Conseguiu aumentos salariais de até vinte por cento. Porém, no que se refere às condições de trabalho, a situação não se modificou. Havia um outro empecilho impedindo que isso ocorresse: a diretoria do sindicato não teve uma atuação de ponta nas greves, não soube negociar com os patrões e, inclusive, pressionou os trabalhadores para que restringissem suas reivindicações.

94 anos da supressão do trabalho escravo Novos caminhos para o movimento negro

Um ciclo de debates em São Paulo contando com a presença maciça de intelectuais, militantes e sindicalistas e em um clima aceso de debate, aponta a necessidade do movimento se integrar efetivamente aos segmentos organizados da base da sociedade.

Por Hamilton de Souza

Um retrato falado da trajetória das relações entre negros e a sociedade brasileira foi traçado, durante o ciclo de debate "94 Anos da Supressão do Trabalho Escravo no Brasil" promovido em São Paulo pelo Grupo Negro da PUC e pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros. Durante mais de dez dias, duas dezenas de intelectuais, militantes, sindicalistas e candidatos ao parlamento, sob boicote de cobertura da imprensa burguesa, discutiram as revoltas escravas e proletárias, a participação dos negros no movimento operário, a participação das igrejas no movimento negro, o problema do poder nacional e dos partidos políticos.

Encerrado o ciclo, algumas revelações importantes foram verificadas. Entre elas, a persistente falta de atenção dos chamados setores democráticos e progressistas aos movimentos negros e a falta de ligação entre estes e o movimento operário e popular; um laço que, curiosamente, existiu durante uma parcela significativa de nossa história.

A questão nacional

Francisco Foot, por exemplo, ressaltou no primeiro dia de debates a intensa participação de negros nos primórdios da classe operária, criando sindicatos, organizando e liderando trabalhadores, o que, segundo Sueli Robles dos Reis e Clóvis Moura teria sido feito durante toda a história do escravismo, onde os negros lideraram centenas de insurreições escravas e rebeliões populares. Uma participação que, no entanto, foi decrescendo com a industrialização que passou a privilegiar os trabalhadores brancos na produção deixando aos negros uma situação de total marginalidade econômica e política.



Luiz P.P. Lima

Este aspecto, aliás, foi ressaltado pelo professor Carlos Hasenbalg e o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, que apresentando o resultado de suas pesquisas sobre distribuição de renda no Brasil, apontaram a existência de desigualdades de aproximadamente 50% na distribuição de rendas entre negros e brancos. Para ilustrar a violência armada, falou a professora Maria Helena Moreira Alves: denunciou não só a existência de um índice de assassinatos de trabalhadores negros pelas forças policiais superior ao índice de crimes oficiais do apartheid da África do Sul como a existência de métodos para treina-

mento policial "semelhantes ao treinamento de cães".

Esta situação, segundo este repórter que proferiu palestra junto com o professor Otávio Ianni tem raízes no próprio processo de formação da sociedade capitalista nacional "onde a participação do negro foi fundamental, apesar de sempre marginalizada". Como disse o professor Ianni, para a defesa permanente dos interesses coloniais e para a expansão das classes dominantes europeias lançou-se mão da formação de um estado policial e racista concedendo privilégios aos trabalhadores brancos para dividir a classe trabalhadora.

A consolidação da cidadania do negro pareceu ser o principal objetivo dos representantes das Igrejas Católicas e Metodistas, conforme disseram o diácono católico Batista e o reverendo Santana, da Igreja Metodista: Vistos com certa desconfiança pelo público, curioso para saber até onde a nova consciência real da igreja é uma verdade ou uma tática missionária para acabar com a sua pobreza de almas e vocações invejando a opulência de adeptos que vivem os pastores de Exu e Oxalá.

Neste sentido, o professor Abdias do Nascimento, idealizador do Quilombismo e adepto incondicional de Exu e Oxalá, voltou a agitar seus tridentes quilombistas afirmando: "é preciso recuperar todas as experiências de luta dos movimentos negros e dos quilombos para criar um estado quilombista." Sua tese é que nenhum ciclo de revolução burguesa conseguiu, como concordou o professor Otávio Ianni, consolidar uma identidade nacional. "o que será possível só no momento em que as massas negras, junto com os outros oprimidos tomarem o poder".

Os candidatos negros, perdidos em currículos de ascensão individual e nas diferenças partidárias, não conseguiram demonstrar a existência de uma plataforma concreta de lutas anti-racistas e sociais. Mesmo assim, deixaram antever um aspecto novo do discurso negro em ebulição: o coloralismo dos movimentos negros está com seus dias contados e eles procuram, pressionados por suas escassas bases, vincular-se a segmentos organizados da sociedade. Assim, um discurso parlamentar vigoroso, energia na voz de Milton Barbosa, do PT que insistia em fazer os presentes perceberem a necessidade de vincular as organizações políticas às bases para que elas consigam expressar-se no topo dos organismos partidários.

Eleições e políticos negros

Como afirmou a coordenadora do Ciclo, "o fato de a maioria dos palestrantes e assistentes procurarem uma desvinculação maior com o discurso chorão e coloralista que tem caracterizado os movimentos negros significa que existe uma pressão real da comunidade negra sobre sua "vanguarda" e que as coisas tendem a mudar. Como a Quinzena do Negro realizada na USP em 1977, sob a coordenação de Eduardo de Oliveira que conseguiu articular os setores que depois deram origem ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, este ciclo, que pretendemos seja a retomada daquela tradição, realizado quatro anos depois, conseguiu demonstrar que algo novo está para acontecer. E realizaremos novos debates trazendo cada vez mais novos personagens, não negros, à cena do debate racial e vamos estimular os negros a deixarem o gueto para participarem dos outros debates sociais."

Encontro do PT sobre o Movimento de Mulheres

As formas de unificação das mulheres

Por Marília Carvalho

Quando marcamos nosso encontro nacional, um dos pontos que julgávamos mais importante, que estava esquentando a cabeça de companheiras de vários estados eram as federações e a questão da autonomia do movimento. De lá pra cá, a vida do partido e a vida política nacional vêm se voltando cada vez mais para as eleições. E novos problemas estão colocados para as mulheres do PT: como organizar a campanha do partido junto às mulheres? Como utilizar as eleições para enriquecer e avançar o nosso movimento? Como fazer tudo isto, respeitando a autonomia do movimento?

Estas novas questões certamente serão o centro do Encontro Nacional. Mas elas não podem ser resolvidas senão a partir de uma visão clara sobre o que não queremos — um movimento a serviço do partido e das eleições, como fazem as federações — e de que movimento, que autonomia o PT deve apoiar e ajudar a construir. A partir daí, ficará muito mais fácil pensarmos nas eleições, as plataformas e a assessoria aos candidatos. É pensando nisso que publicamos trechos (não temos espaço para dar a íntegra) do documento lançado pela Comissão de Mulheres do PT de São Paulo — que circulará nacionalmente como subsídio — e nossa opinião a respeito.

“O movimento de mulheres, neste momento, passa pouco pelos sindicatos, pelas associações de bairros ou quaisquer outras organiza-

ções de massa da classe trabalhadora. Restringe-se ainda, a pequenos grupos de trabalho de mulheres, a associação do tipo das empregadas domésticas, donas-de-casa, clubes de mães ligados a paróquias e outras entidades feministas — hoje desarticuladas e isoladas, apresentando uma existência apenas formal, salvo o grupo de serviços SOS e o Tribunal Berta Lutz.

(...) Cabe às mulheres do PT lutar pela organização das mulheres a partir de suas questões específicas, nos sindicatos, nas associações de bairros, grupos de feministas etc. Garantindo sempre que as mulheres tenham um espaço próprio de discussão e encaminhamento, nestas entidades e associações, de suas questões específicas, sem se isolar, é claro, do conjunto dos trabalhadores.

A relação entre o partido e o movimento deve se caracterizar pelo respeito às formas organizativas próprias das mulheres e à autonomia do movimento. O respeito à autonomia não significa que o PT não tenha opinião sobre todas as questões do movimento de mulheres e as coloque no seu interior. Fará isso, porém, respeitando as suas instâncias de decisão.

Dentre as questões principais da relação entre o partido e o movimento, destacamos três que entendemos ser de maior importância e contra as quais nos posicionamos:

a) o aparelhismo: prática política que

procura transformar o movimento numa simples correia de transmissão das posições do partido, colocando o movimento a reboque do partido. (...)

b) as correntes sexistas do movimento de mulheres que defendem uma posição **antipartidária** e **apolítica** como forma de garantir a autonomia do movimento. As sexistas não consideram que, também no caso das mulheres, a autonomia se dá pela independência do movimento em relação ao Estado e ao Partido. (...)

c) o descompromisso de companheiros e companheiras do PT com o trabalho das mulheres — fruto do descaso ou da incompreensão da importância dos problemas que a mulher enfrenta tanto para a solução de suas questões específicas como para a sua integração nas lutas dos trabalhadores (...)

Conforme analisamos anteriormente, o movimento de mulheres apresenta hoje uma grande diversidade de formas organizativas. Esse fato não se dá assim porque algumas mulheres o quiseram, nas porque a realidade destaca para os diferentes grupos de mulheres diferentes prioridades a serem enfrentadas. (...) A preocupação legítima de fazer avançar o movimento, fazendo com que os grupos isolados busquem formas unificadas de luta não nos leva, no entanto, a propor nenhum tipo de entidade permanente de mulheres, muito menos à proposta de federação das mulheres.

Fazendo parte das classes e das categorias profissionais em que se divide a sociedade, as mulheres em si não constituem nenhuma classe ou categoria profissional. Não podem, portanto, isolar-se do conjunto das lutas dos trabalhadores aglutinando-se numa entidade do tipo federação. Devem, ao contrário, levar para dentro das lutas dos trabalhadores suas reivindicações.

No entanto, não basta que as mulheres simplesmente participem dentro dos partidos políticos, dos sindicatos, ou das associações de bairro. Elas precisam encontrar as formas particulares de organização que levantem seus problemas, seja dentro das organizações tradicionais dos trabalhadores, ou fora deles. São elas que decidirão quais as formas mais eficazes. Não queremos um aparelho de representação permanente que substitua as formas vivas e dinâmicas que as mulheres têm encontrado para levar adiante suas reivindicações (...)

O PT entende que a única forma de unificar as mulheres são as suas lutas, as suas campanhas. Na medida em que um problema feminino se constitui num móvel de luta para uma parcela significativa de mulheres, esse problema deve ser enfrentado de forma unificada, através de coordenações de luta, onde cada grupo de mulheres indicará democraticamente a sua representante. (...)

Autonomia de alto a baixo

O documento apresentado pela Comissão de Mulheres do PT paulista é sem dúvida um avanço. Já era hora de conseguirmos sair do “não à federação” e começarmos a definir a favor de que nos posicionamos, de uma forma menos abstrata do que a defesa em geral da autonomia.

Neste sentido, a proposta de Coordenações

de Luta, compostas por representantes dos grupos de mulheres, sem uma estrutura permanente é positiva. Ela aponta no sentido correto da solução dos impasses atuais do movimento de mulheres: sair da agitação do “feminismo em geral” e partir para a ação, para lutas, organizando campanhas em cima de problemas já sentidos pelas mulheres.

Mas ela não traz resposta para um problema básico, estreitamente ligado a esta idéia de um feminismo de ação: como organizar na base estas lutas? Como garantir que as mulheres acumulem em organização, não apenas a nível das coordenações nos grandes momentos, mas também no seu cotidiano, nas bases?

É preciso pensar também formas de base específicas do movimento de mulheres, sob o risco de organizarmos apenas a direção do movimento nas coordenações.

O que transparece do documento é uma ênfase nos “sindicatos e associações de bairro”, nas “organizações de massa da classe trabalhadora”, embora sejam mencionados “grupos de feministas” e “formas particulares de organização” das mulheres. É preciso chamar a atenção para o fato de que, ao definirem a autonomia do movimento, as companheiras falam da independência em relação ao Estado e aos partidos, mas não da independência quanto aos outros movimentos.

É claro que os departamentos femininos de sindicatos e associações de bairro são importantes e podem contribuir tanto para o avanço da consciência das mulheres como para os movimentos populares em geral. E que devemos saber combinar as formas de

organização “mistas” com formas próprias do movimento de mulheres.

Porém, manter a ênfase da possibilidade de massificar o movimento de mulheres no seu entrelaçamento com as organizações já existentes é continuar considerando o feminismo como uma bandeira de agitação para os grandes momentos. Se partirmos de uma compreensão da especificidade das reivindicações das mulheres, isto é, de que ele possui reivindicações próprias, capazes de gerar lutas, ele deve gerar uma organização própria de alto a baixo, onde possam se incorporar inclusive aquelas mulheres que não foram sensibilizadas por outros movimentos.

Centralizar nem sempre é aparelhar e propor nem sempre é desconhecer a criatividade das mulheres.

O argumento de que qualquer entidade permanente para a centralização do movimento de mulheres nos isolaria do conjunto dos trabalhadores confunde a necessidade de um programa na perspectiva dos trabalhadores com uma ligação orgânica aos movimentos da classe operária. É preciso, sim, assumirmos enquanto movimento, uma perspectiva revolucionária. Mas não é negando nossa autonomia organizativa, é pelo contrário, construindo um grande movimento de massas, com suas instâncias próprias de decisão e capaz de dar prioridade à questão da mulher, que conquistaremos uma parcela significativa da população feminina para a luta revolucionária.

Finalmente, se é correto partirmos do nível de consciência das mulheres hoje, buscando concretizar o feminismo em campanhas de ação, não podemos perder de vista a necessidade de construir a consciência feminista como um todo, a consciência de que temos uma identidade global enquanto mulheres. Sem formas de base que caminhem para esta centralização de temas, corremos o risco de nunca conseguir que as donas-de-casa saibam que têm muito em comum com as empregadas domésticas, estas com as operárias, as trabalhadoras rurais... Assim, organizar um movimento centralizado de mulheres é uma tarefa — muito mais difícil, sem dúvida,

que organizar a classe trabalhadora — que deve permanecer no nosso horizonte.

Terminamos a leitura do documento com uma impressão de que qualquer entidade por representação é um aparelho, um traste sem ligação com o movimento vivo. Ora, todos os movimentos populares e operários da história, inclusive o movimento de mulheres, necessitam de formas de organização, até mesmo — e principalmente — para garantir a sua democracia interna e a participação das bases nas decisões.

Afirmar que um “aparelho de representação permanente” substituiria “as formas vivas e dinâmicas que as mulheres têm encontrado para levar adiante suas reivindicações” é contraditório com a avaliação negativa do movimento que o próprio documento faz. É desconhecer que as mulheres não têm encontrado, sem o auxílio das experiências acumuladas no Brasil e internacionalmente, as formas para a sua organização de massa.

Surge, exatamente aí, o papel do PT, enquanto pólo sistematizador e proponente destas experiências. O atual documento passa uma posição ambígua sobre a relação do PT com o movimento, que, a nosso ver, retrocede em relação a documentos apresentados anteriormente pela mesma Comissão de Mulheres. No texto **Mulher e PT**, de julho de 81, podemos ler: “É muito importante que o PT esteja integrado no movimento de mulheres, para que possamos trazer para dentro do partido as questões colocadas pelo movimento e para que o PT possa levar suas propostas a este movimento, respeitando sua autonomia, mas sempre tentando conquistar suas posições”.

Cabe a nós pensar e propor formas de organização autônomas que possam sustentar as coordenações, levando à base os temas das campanhas. Pensar e propor formas como, por exemplo, **Casas da Mulher**, onde grupos de trabalhos diferenciados, num mesmo bairro ou região, possam dar os primeiros passos na sua unificação e na construção de um movimento de mulheres. Pensar estas formas e tentar implementá-las não é passar por cima da criatividade das mulheres. É tentar liberá-la, é lançar uma fagulha, confiando no grande incêndio de que, certamente, as mulheres serão capazes.



XI CONEG

Estudantes vão à luta contra a expulsão de Javier

Um abaixo-assinado, um dia nacional de luta e uma caravana à Brasília foram as propostas aprovadas, aquém inclusive das possibilidades do movimento e da gravidade da situação.



Com a participação de 52 entidades, ocorreu, dias 29 e 30 de maio em Salvador, o XI Coneg (instância da UNE que reúne as diretorias das entidades gerais — DCEs e UEEs — do país).

A principal discussão foi sobre a maneira da UNE enfrentar a ameaça de expulsão do país que paira sobre seu presidente, Javier Alfaia, ameaça muito mais séria que a "simples" expulsão de uma pessoa (ver matéria ao lado). E nessa questão, como nas outras, a diretoria da UNE mostrou toda a sua miopia política.

Ufanismo na avaliação...

Na avaliação da situação, o ufanismo de sempre. O governo se encontraria isolado, desgastado, sendo esse ataque à UNE nada mais que um ato de desespero. A defesa de Javier e da UNE estaria garantida por uma frente democrática mais ampla ainda que a do caso Riocentro (?).

Coerente com essa avaliação veio a proposta (aprovada) dos eixos de luta "contra o arbítrio", "pela naturalização de Javier" e "em defesa da UNE". Coerente,

pois o que transpareceu foi que a diretoria evitou sequer falar em lei dos estrangeiros e em ditadura, preferindo ficar apenas na repetição de que Javier é brasileiro (o que é óbvio) para não rachar a "ampla frente democrática". Ou, mais concretamente, evitou politizar a luta — mesmo sabendo das dificuldades que isso trará no tocante à mobilização dos estudantes — para não perder "apoios importantes" como o do Senador Jarbas Passarinho...

... e timidez nas propostas.

No tocante às propostas de mobilização foi aprovado um abaixo assinado, um dia nacional de luta em 3 de junho e a organização de caravana a Brasília na data em que o processo de expulsão for enviado para a apreciação do ministro Abi Acel.

Além dessas propostas, consensuais, havia uma mais enérgica, apresentada pelo bloco de oposição à diretoria da UNE — puxado pelas diretorias das UEEs MG e RS e pelas de vários

DCEs — no sentido do CONEG tirar uma orientação de que na iminência da expulsão de Javier os estudantes de todo o país deveriam ir à greve. Setores da diretoria da UNE chegaram até a defender essa proposta, mas na hora da votação recuaram, desarmando a UNE caso a situação se agrave.

Nenhuma preparação do CONEB

Outro ponto de discussão no CONEG foi a respeito das lutas educacionais. Ao contrário do que propunha o bloco de oposição, não foi feita nenhuma avaliação das lutas que ocorreram nesse semestre nem se discutiu a preparação do CONEB já marcado. Apenas se reafirmou a data, 16, 17 e 18 de julho e se mudou o local para Belo Horizonte. Isso é bastante ruim, dada a importância que esse CONEB tem, no sentido de mudar os rumos do movimento.

Nesse ponto, a diretoria da UNE apresentou uma proposta de resolução (aprovada) contra a

liberação dos aumentos e por subsídios às escolas pagas, indicando ainda a formação de uma comissão para definir um índice de aumento em relação aos que deverão ocorrer no próximo semestre. A oposição, achando que esse tema deveria ser deixado para o CONEB, de modo a ser melhor discutido, propôs uma outra resolução, abarcando apenas os aspectos mais imediatos dessa luta ou seja, contra os aumentos nas escolas pagas.

O crescimento da oposição

De um modo geral esse CONEG se mostrou progressivo. Apesar da diretoria da UNE conseguir aprovar todas suas propostas, não dando a direção correta que o movimento necessita, o bloco de oposição se mostrou politicamente fortalecido pelas inúmeras vitórias alcançadas nas últimas eleições para diretorias de DCEs em todo o país. As UEEs de MG e RS e cerca de 20 DCEs presentes começaram a mostrar a possibilidade real da oposição dar um salto de qualidade nos próximos encontros estudantis.

Os propósitos da ditadura

A intenção do governo de expulsar Javier não pode ser compreendida fora do contexto dos sucessivos golpes da ditadura para aplainar o caminho da introdução do ensino pago nas universidades públicas.

Somando-se a todos os golpes desfechados neste ano contra o movimento estudantil, surge agora o processo de expulsão do presidente da UNE, Javier Alfaia.

Esta nova agressão contra os estudantes brasileiros, não pode ser vista como algo isolado. Ela faz parte de uma escalada governamental no sentido da implantação do ensino pago, que se iniciou com a portaria do MEC unificando aumentos nos restaurantes universitários e dividindo os estudantes entre carentes e não carentes. E a isso se somam os aumentos abusivos nas escolas pagas.

Depois da última falação de Figueiredo em seu novo progra-



ma cativo na Rede Globo, condenando o ensino gratuito, só não vê isso quem for cego ou quem realmente estiver querendo tapar o sol com a peneira.

Ao contrário do que vive apregoando a diretoria da UNE,

estes golpes vêm numa hora em que ela está enfraquecida pelas derrotas sucessivas, diminuindo ainda mais o fôlego de nosso instrumento de luta.

O governo lança mão da absurda lei dos estrangeiros para tentar expulsar Javier e nesse momento a maioria das oposições se vê de mãos atadas. Quando da votação da lei, no ano passado, sua aprovação se deu com o apoio ou omissão dessas mesmas oposições. É mais do que necessário agora, que todos se unam para a defesa de Javier. E, mais que todos, os estudantes. A mobilização é fundamental.

E o primeiro passo é politizar a luta, trazê-la para seu verdadeiro campo. A diretoria da UNE se

apega ao fato de que Javier é brasileiro e, portanto, não enquadrável na lei dos estrangeiros. Essa é uma questão que nem deveria ser discutida por nós. É claro que Javier é brasileiro. Veio para o Brasil com apenas 6 anos de idade, aqui se formou, aqui é que estão todas as suas raízes. E, mesmo se não fosse brasileiro, teríamos o dever de defender a sua permanência no Brasil, seu engajamento na luta ao lado dos oprimidos.

Politizar essa luta é colocar seu eixo dentro da defesa da entidade, defesa da UNE, enquanto instrumento de luta. Por isso, é preciso nos apresentarmos unidos na defesa de nosso órgão de representação e essa defesa hoje, se expressa na defesa de Javier.

DCE / PUC
Porto Alegre

Mais uma vitória de Travessia

Nas eleições realizadas em 26 e 27 de maio, três chapas concorreram ao DCE da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. A vencedora foi Travessia (composta por simpatizantes deste jornal Em Tempo, por membros das tendências Avançar a Luta, Liberdade e Luta e por estudantes independentes) com 57% dos 8500 votos. Com ela concorreram Unidade na Ação (composição entre os adeptos dos jornais Voz da Unidade, Tribuna Operária e do extinto jornal Companheiro, que ficou com 30% dos votos) e Tá na Hora da Virada (os fãs do Hora do Povo) que com seus 3,5%, perdeu feio para os brancos em nulos.

Segundo Luis Fernando, o "Quico", um dos três coordenadores gerais da chapa, "a vitória de Travessia, além de expressar um profundo descontentamento com o imobilismo do pessoal de Unidade à frente do DCE nesses últimos três anos, significa a aprovação do trabalho das Travessias nas diretorias da UEE RS e dos DCEs UNISINOS e UFRGS."

"Mais de 150 estudantes participaram da campanha, quase todos frutos da renovação do movimento, levando os seguintes pontos básicos do nosso programa: implementar uma real democracia na entidade, lutar contra a implantação do ensino pago e a universidade empresa e apoiar as lutas dos trabalhadores buscando juntos uma sociedade justa. Pretendemos — arrematou Quico — construir um novo movimento estudantil aqui na PUC."

Na Bahia

Expressando uma tendência mais geral de chapas de oposição à política da diretoria da UNE vencerem as diversas eleições para diretorias de DCEs que ocorrem, no DCE da UFBA, dias 18 e 19, venceu Solidariedade (composta por membros da tendência Caminhando e do grupo Alerta). As outras chapas eram Viração (simpatizantes do Tribuna Operária) e Correnteza (membros da antiga corrente Refazendo). A lamentar, somente o fato de Solidariedade e Correnteza não terem conseguido unificar seus esforços.